UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

CAROLINE BOHM GEHRMANN

AS CONDICIONALIDADES DA ÁREA EDUCACIONAL NO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (PBF) E NO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB):
PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS
CONDICIONALIDES NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

PELOTAS
2022

CAROLINE BOHM GEHRMANN

**AS CONDICIONALIDADES DA ÁREA EDUCACIONAL NO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (PBF) E NO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB):
PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS
CONDICIONALIDES NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof. Mara Rosange Acosta de Medeiros

PELOTAS

2022

Ficha Catalográfica

G311a Gehrman, Caroline Bohm

As condicionalidades da área educacional no Programa Bolsa Família (PBF) e no Programa Auxílio Brasil (PAB): percepções dos profissionais da educação em relação às condicionalidade no município de Canguçu/RS. / Caroline Bohm Gehrman – Pelotas: UCPEL, 2022.

91 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Mara Rosange Acosta de Medeiros.

1. Condicionalidades. 2. Programa Bolsa Família. 3. Programa Auxílio Brasil. I. Medeiros, Mara Rosange Acosta de. II. Título.

CDD 360

CAROLINE BOHM GEHRMANN

**AS CONDICIONALIDADES DA ÁREA EDUCACIONAL NO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (PBF) E NO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB):
PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS
CONDICIONALIDES NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros

Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

1a Examinadora Prof^a. Dr^a. Rosângela da Silva Almeida

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

2a Examinador Prof. Dr. Sandro Schreiber de Oliveira

Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

“Precisamos vencer a fome, a
miséria e a exclusão social. Nossa
guerra não é para matar ninguém -
é para salvar vidas.”

Luiz Inácio Lula da Silva, 2003

RESUMO

Este trabalho pretende identificar as percepções dos profissionais da área educacional, no município de Canguçu acerca das condicionalidades na área da educação do Programa Bolsa Família e Programa Auxílio Brasil, enquanto estratégia de melhor desempenho escolar. Entre os profissionais entrevistados estão, diretores, coordenadores de escolas e operadores do Sistema Presença. Considerando a extinção recente do maior programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família e a implantação do novo programa no governo Bolsonaro, denominado Programa Auxílio Brasil, este estudo pretende discutir se as condicionalidades impostas na área da educação contribuem para a melhoria nas condições de acesso, permanência e sucesso na vida escolar. Com a revisão de literatura, este trabalho procura situar o surgimento dos direitos sociais e das políticas sociais, com ênfase para os Programas de Transferência Condicionada de Renda. A seguir, o trabalho expõe os resultados da pesquisa realizada com profissionais de quatro escolas, sendo duas escolas da área urbana e duas escolas da área rural. Estes profissionais acabam lidando diretamente com os alunos beneficiários e suas famílias. Dentre as considerações sobre os Programas há várias mudanças que devem ocorrer, mas todos consideram a importância e a relevância que o benefício tem na vida das famílias. Uma das diferenças mais marcantes está no acompanhamento além da escola, que variam da cidade para o interior, onde os alunos da cidade tem a opção de desenvolver mais atividades, com a secretaria de Assistência Social, por exemplo, através dos CRAS, que estão situados nos maiores bairros da cidade, enquanto os alunos do interior tem o acompanhamento apenas da escola e frequentam as atividades extracurriculares que esta realiza e participa.

Palavras-chave: Condicionalidades; Programa Bolsa Família; Programa Auxílio Brasil.

ABSTRACT

Este trabajo pretende identificar las percepciones de los profesionales del área educativa, en el municipio de Canguçu, sobre las condicionalidades en el área de educación del Programa Bolsa Família y del Programa Auxílio Brasil, como estrategia para un mejor desempeño escolar. Entre los profesionales entrevistados se encuentran directores, coordinadores escolares y operadores del Sistema Presencia. Considerando la reciente extinción del mayor programa de transferencia de renta, el Programa Bolsa Família y la implementación del nuevo programa en el gobierno de Bolsonaro, denominado Programa Auxílio Brasil, este estudio pretende discutir si las condicionalidades impuestas en el área de educación contribuyen a la mejora de las condiciones de acceso, permanencia y éxito en la vida escolar. Con una revisión de la literatura, este trabajo busca situar el surgimiento de los derechos sociales y las políticas sociales, con énfasis en los Programas de Transferencias Condicionadas de Renta. A continuación, el trabajo expone los resultados de la investigación realizada con profesionales de cuatro escuelas, dos escuelas de la zona urbana y dos escuelas de la zona rural. Estos profesionales terminan tratando directamente con los estudiantes beneficiarios y sus familias. Dentro de las consideraciones sobre los Programas, hay varios cambios que deben ocurrir, pero todos consideran la importancia y relevancia que tiene el beneficio en la vida de las familias. Una de las diferencias más llamativas está en el seguimiento más allá de la escuela, que varía de la ciudad al interior, donde los estudiantes de la ciudad tienen la opción de desarrollar más actividades, con la Secretaría de Asistencia Social, por ejemplo, a través del CRAS, que se ubican en los barrios más grandes de la ciudad, mientras que los estudiantes del interior sólo son monitoreados por la escuela y asisten a las actividades extracurriculares que ésta realiza y en las que participa.

Keywords: Conditionalities; Bolsa Família Program; Brazil Aid Program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Condicionalidade na educação – PBF	
	Motivos de baixa frequência escolar	43
Quadro 2	Dissertações com o tema PBF e/ou PAB	54
Quadro 3	Relação de escolas e de alunos - Canguçu	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
IPEA	Instituto de pesquisa econômica aplicada
LOAS	Lei orgânica de assistência social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério de Desenvolvimento social
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PAB	Programa Auxílio Brasil
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do trabalho Infantil
PGRM	Programa de garantia de renda mínima
PTCR	Programas de transferência condicionada de renda
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CONQUISTA DOS DIREITOS SOCIAIS E A MATERIALIZAÇÃO DESSES DIREITOS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS	18
	2.1 A conquista dos direitos sociais no Brasil	18
	2.2 Políticas Sociais: formas de viabilizar direitos	22
3	PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA E A REALIDADE BRASILEIRA	27
	3.1 Antecedentes do Programa Bolsa Família	35
	3.2 O Programa Bolsa Família	40
	3.2.1 As condicionalidades do PBF	46
	3.3 O Programa Auxílio Brasil	49
	3.3.1 As condicionalidades do PAB	54
	3.4 Produções relacionadas com o tema PBF e/ou PAB + Condicionalidades	54
4	PERCEPÇÕES ACERCA DAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DE CANGUÇU	62
	4.1 Um pouco sobre o município	63
	4.2 A educação e os dados sobre Canguçu/RS	65
	4.3 Respostas dos entrevistados	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6	REFERÊNCIAS	82
7	APÊNDICE 1	88
	APÊNDICE 2	90

1. INTRODUÇÃO

A dissertação a seguir atende a exigência do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para a obtenção do grau de mestre. Está vinculada à linha de pesquisa Estado, direitos sociais e política social e tem como tema as percepções dos profissionais da educação de Canguçu/RS sobre as condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda. Este trabalho tem como tema as condicionalidades vinculadas à área da educação presente nos programas de transferência de renda, enfatizando, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF) criado no ano de 2003, pelo ex-presidente Lula e, extinto em 2021, por iniciativa do presidente Jair Bolsonaro que, em seu lugar, criou o Programa Auxílio Brasil (PAB), durante o período pandêmico.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo governo Lula, através da Medida Provisória n.132, de 20 de outubro de 2003. Mais tarde, em janeiro de 2004, transformado em Lei (n.10.836) e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004). Durante 18 anos se caracterizou como o maior programa de transferência de renda implantado no país. Envolveu a unificação de quatro programas federais: Vale Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação), Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde).

Desde que assumiu o governo em 2019, o presidente Jair Bolsonaro, vinha sendo um crítico ferrenho do PBF, ameaçando a sua extinção, haja vista considerar que este programa “era um incentivo à preguiça” já que “os beneficiários não sabem fazer quase nada” (UOL, 2019). Em 2020, com a chegada da pandemia da COVID-19, o governo foi pressionado a criar um auxílio emergencial que viesse atender os segmentos atingidos pelo desemprego e pela pobreza, além de ampliar o número de acesso ao PBF. Por conta disso foi criado o Auxílio Emergencial, através da Lei 13.982 de abril de 2020.

Aproveitando o contexto pandêmico, o governo se empenhou em acabar com o PBF destacando a necessidade de implantar um programa mais

“eficiente” que gerasse a independência das famílias. Dessa forma, ele propôs a criação do Programa Auxílio Brasil (PAB) o que se concretizou em dezembro de 2021, através da Lei 14.284/21, na qual, o governo Bolsonaro sancionou a Lei de Criação do PAB e extinguiu o PBF, gerando uma incerteza muito grande aos milhões de beneficiários que não sabiam como seria a implantação do novo benefício, quais as famílias beneficiárias, quais os métodos para adesão, além da forma de pagamento. Foram famílias inteiras que ficaram à mercê de dúvidas e incertezas.

Estes programas, embora tenham surgido fora da Política de Assistência Social, foram sendo a ela vinculados, tendo como referência o eixo a garantia de renda mínima, além do fato, de que no âmbito municipal, a gestão do Cadastro Único (CADUNICO), que é um conjunto de informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, está vinculado à Secretaria de Assistência Social e, este cadastro é considerado um tipo de passaporte ou uma porta de entrada para o acesso aos programas sociais e, dentre estes, os de transferência de renda. Informações utilizadas pelos Governo Federal, Estaduais e municipais para implementação de políticas públicas.

Como estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social é um direito do cidadão, um dever do Estado, sendo uma política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas, “pois aqueles que não usufruem de bens e serviços sociais básicos ou essenciais, sob a forma de direitos, não são capazes de se desenvolverem como cidadãos ativos, conforme preconiza a própria LOAS”. (PEREIRA, 2007, p.18).

Ao Estado cabe assegurar as condições mínimas para que as pessoas de menor renda consigam ter uma vida digna, e para isso são criados Programas de Transferência Condicionada de Renda, enquanto estratégias de minimização dos efeitos da pobreza. Estes programas:

Visam o repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levam à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades

para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (BRASIL, 2005, NOB/SUAS).

Tais Programas destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, resultado da ausência de renda, e ainda por conta do não acesso aos serviços públicos, bem como da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (Brasil, 2005).

Com a Constituição Federal de 1988, os direitos e as políticas sociais adquiriram relevância e se tornaram um dos principais desafios do Estado, no sentido de atender as necessidades da população. Dessa maneira:

O investimento em políticas sociais e educacionais são fatores estratégicos no sentido da inclusão social, da melhoria na distribuição de renda e da redução das desigualdades causadas pela globalização do mercado. (SICSÚ, DE PAULA e RENAUT, 2005, p.25)

Podemos conceituar política social como sendo aquela política pública destinada a oferecer bens e serviços básicos à população, relacionados à áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados, previstas no texto constitucional (BRASIL, CF, 1988).

Uma das características do PBF era a existência de condicionalidades que são compromissos que as famílias devem cumprir para terem o repasse mensal garantido. Essas condicionalidades estão vinculadas às áreas de assistência social, educação e saúde. Na área da educação é exigida a frequência, na área da saúde é necessário o acompanhamentos médico, vacinação das crianças, além de antropometria (peso e altura) e exames de saúde atualizados. Mulheres grávidas devem realizar pré-natal e todos os beneficiários precisam manter o CADÚNICO atualizado. Na área de assistência social, crianças de até 15 anos atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI devem frequentar os serviços socioeducativos e de convivência. Mas, devido à grande abrangência dessas condicionalidades, este estudo tem como foco apenas as condicionalidades da área de educação dos Programas.

Recentemente, através da Portaria Interministerial MC/MS nº 19, de 13 de maio de 2022 e da Portaria Interministerial MC/MEC nº 3, de 22 de junho de 2022, o governo definiu quais condicionalidades são exigidas para os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, estas, não mudaram muito. Mas, na área da educação a frequência escolar é exigida para beneficiários que não tenham concluído a educação básica e envolvem, até mesmo crianças a partir de 4 anos, o que torna complicado a comprovação, por parte das famílias, tendo em vista a escassez de escolas de educação infantil na maioria das cidades brasileiras.

Os questionamentos sobre a importância dos Programas de Transferência de Renda, a presença e a aplicação das condicionalidades surgiram, ainda, durante o período do estágio obrigatório da graduação em Serviço Social, no CAPS-Álcool e Drogas de Canguçu/RS. Lá percebi que muitos jovens não compareciam às consultas e atividades posto que precisavam auxiliar em casa, seja no plantio e colheita de produtos agrícolas, seja na comercialização em feiras e outras formas que as famílias criam para garantir o sustento familiar. Esse contexto me fazia refletir como se dava o processo de acompanhamento dessas condicionalidades frente a realidade desses alunos e, como essas contrapartidas são trabalhadas no âmbito escolar.

Com isso, surgiu a ideia de analisar as condicionalidades do PBF e do PAB e se estas interferem no dia a dia de crianças e jovens, e em sua vida escolar, pois as mesmas trazem, de um lado, a garantia do benefício monetário e de outro, a vinculação com a melhoria do rendimento escolar.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral: **identificar as percepções dos profissionais da área educacional, no município de Canguçu, acerca das condicionalidades do PBF e do PAB, na educação, enquanto estratégia de melhor desempenho escolar.**

Como objetivos específicos, apontamos: **1)** mapear as escolas que tem maior número de alunos beneficiários dos PBF e/ou PAB, identificando a localização destas escolas (área rural e/ou urbana); **2)** dar visibilidade as ações escolares de acompanhamento das condicionalidades na área educacional; **3)** compreender como os profissionais da educação entendem a presença das condicionalidades na área educacional. Estes objetivos foram elaborados em

decorrência do problema de pesquisa, assim elaborado: **Como são percebidas as condicionalidades do PBF e do PAB, pelos profissionais da educação, na efetivação deste direito, no município de Canguçu/RS?**

Os profissionais de educação aqui mencionados são diretor/a de escola e operador/as do Sistema Presença, ou seja, profissionais que lidam diretamente com os alunos beneficiários.

A proteção à família se tornou uma estratégia a ser considerada pela política de assistência social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais, e é nesse sentido que surgem os programas voltados para minimizar carências socioeconômicas de grande parte da população, onde crianças são forçadas a trabalhar, com vistas a contribuir com a renda familiar (ROCHA, 2008). Para esta autora, não é só com a transferência monetária que se eliminam as condições de pobreza e de desigualdade de renda, pois essa transferência, apesar de impactar nas condições de pobreza, necessita vir acompanhada de um conjunto de estratégias que sejam capazes de alterar as condições de vida da população usuária.

O agravamento das condições de vida da maioria da população é decorrente dos cortes orçamentários do governo Bolsonaro e da crise econômica, social, política e sanitária decorrente da pandemia. As políticas públicas têm sido afetadas com redução de investimentos tanto no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de outros setores como a reforma na previdência e a diminuição de verbas para o ensino superior; e diversas alterações no que se refere a disponibilização de investimentos na área social. “Os números do CadÚnico corroboram os dados de pessoas que passam fome no país, que quase se duplicaram em menos de dois anos.” (UOL, 2022)

Partindo dessas considerações, o presente trabalho apresenta, primeiramente o capítulo intitulado A CONQUISTA DOS DIREITOS SOCIAIS E A MATERIALIZAÇÃO DESSES DIREITOS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS. Nele se reflete acerca das conquistas dos direitos sociais no Brasil, e a seguir se discute sobre as políticas sociais enquanto formas de materialização dos direitos sociais.

O capítulo seguinte aborda os PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA E A REALIDADE BRASILEIRA, com destaque para os Programas

Bolsa Família e o Programa Auxílio Brasil e as condicionalidades neles presentes, destacando também as produções em nível de Dissertação encontradas e que tenham relação com o tema em estudo.

Na sequência, o capítulo intitulado PERCEPÇÕES ACERCA DAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DE CANGUÇU é realizada uma breve contextualização do município, seguida da apresentação de dados sobre de Canguçu, referente ao número de escolas e de beneficiários, apresentando a seguir as respostas dos entrevistados.

O desenho metodológico deste estudo é de natureza qualitativa e para a sua estruturação, num primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema. Posteriormente, foi feito o levantamento da legislação existente (leis, portarias, resoluções, protocolos, relatórios e estatísticas) produzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Também foi acessado o Cadastro Eletrônico de dados vinculados ao Sistema Presença (autorizado pela Secretaria de Educação de Canguçu) a fim de identificar as escolas com maior número de alunos beneficiários. Também foram mapeadas dissertações que tivessem como foco a questão das condicionalidades na educação. Sobre a leitura de teses e dissertações, Renato Dantas (2020), destaca que:

Talvez essa seja a melhor forma de aprender os métodos empregados em uma determinada pesquisa, pois ao contrário de artigos, que geralmente são muito reduzidos, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado trazem muito detalhamento. (DANTAS, 2020, p. 48)

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foi realizada uma busca nos sites oficiais no governo, com o objetivo de mapear normas e regulamentos referente aos Programas em foco, tanto o PBF quanto o PAB. Cabe comentar que alguns sites com normas e regras, principalmente do PAB, não estão disponíveis, ou se encontram com

dados desatualizados. Em um segundo momento, foi realizada pesquisa de campo, através de entrevistas elaboradas com base no quadro teórico e nos objetivos da pesquisa, lembrando que estas:

São os instrumentos mais usados nas pesquisas sociais porque, além de permitirem captar melhor o que as pessoas pensam e sabem, observam também a sua postura corporal, a tonalidade de voz, os silêncios etc {...} Independentemente da forma que a entrevistada assuma, é importante que o pesquisador crie um bom clima para facilitar o relacionamento com o entrevistado, deixando-o à vontade (MARSIGLIA, 2001, p.27).

Os entrevistados são profissionais de educação, envolvendo gestão (direção/coordenação), operadoras/os do Sistema Presença, tendo como referência o instrumento de pesquisa elaborado (APENDICE 1). As escolas selecionadas foram escolhidas com base no número de alunos beneficiários, sendo duas do meio urbano e duas do meio rural.

Inicialmente a ideia era entrevistar um maior número de pessoas, entretanto, por conta da pandemia e por conta da alteração dos Programas, foi muito difícil contar com pessoas dispostas em participar, até porque muitas diziam desconhecer as mudanças ocorridas com os Programas, afirmando inclusive que nada sabiam sobre o novo PAB. Assim, a realização das entrevistas envolveu 4 (quatro) diretoras/os, 4 (quatro) coordenadoras/os pedagógicas/os e 2 (dois) responsáveis pelo Sistema Presença, estando todas/os diretamente envolvidos com a questão relacionada ao acompanhamento dos alunos beneficiários.

A entrevista também é utilizada no âmbito da pesquisa, como uma técnica que possibilita a coleta de dados e, assim, aprofundar a realidade investigada. A entrevista amplia o objeto estudado, onde pesquisadores vão à busca dos sujeitos e da realidade investigada. Onde o pesquisador “elege a questão de estudo, como algo de importância, na maior parte das vezes escolhe quem entrevistar e dirige a situação de entrevista (SZYMANSKI, 2010, p. 12-13)

Os depoimentos foram gravados com a autorização das/os entrevistadas/os que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (APENDICE 2) elaborado conforme os preceitos de ética em pesquisa. As

escolas envolvidas na pesquisa e as/os entrevistadas/os foram referidas no corpo do trabalho de modo genérico para evitar qualquer identificação. As entrevistas foram transcritas e os depoimentos foram relacionados conforme as opiniões, e foram utilizadas letras do alfabeto para delimitar as escolas e os entrevistados, destacando em quais escolas ocorreu as informações (escola A e B da cidade e escola A e B do interior).

A pesquisa foi realizada com questionário semiestruturado, uma das principais técnicas de coleta de dados, onde as questões que estão apresentadas no Apêndice 1, e procuram contemplar a afirmação feita por Maria Cecília Minayo (2006), ao destacar que a elaboração de um roteiro prévio, além de contribuir para manter o foco da pesquisa, traz a possibilidade de também trazerem dúvidas ou comentários relacionados ao assunto.

Os profissionais participantes foram selecionados, tendo como referência as escolas com maiores números de alunos beneficiários do PBF e/ou PAB, divididas em escolas do setor rural e urbano de Canguçu/RS, sendo eles diretores, coordenadores e operadores do sistema presença dessas escolas (a tabela com as escolas e os seus dados estão na tabela no corpo do texto).

2 A CONQUISTA DOS DIREITOS SOCIAIS E A MATERIALIZAÇÃO DESSES DIREITOS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

Neste capítulo, procuramos, a partir de uma revisão bibliográfica, trazer o processo de implantação dos direitos sociais no contexto brasileiro, trazendo, também, algumas definições de política social, quais as principais políticas brasileiras e como se dá a sua execução às famílias de maior vulnerabilidade social.

2.1 A conquista dos direitos sociais no Brasil

Para compreender como a questão dos direitos sociais foi se colocando na sociedade brasileira é importante ter presente que o Brasil viveu diferentes períodos históricos. As relações coloniais e de escravismo deixaram marcas na história do país e impactaram na expansão do capitalismo até os dias atuais, sendo, portanto, uma questão estrutural, que compõe a sociedade brasileira. Essa diversidade foi determinando características próprias na perspectiva e na ação da sociedade em relação aos direitos.

Os direitos sociais como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, devem ser assegurados como direito de todos e devem ser garantidos pelo Estado (BRASIL, C.F,1988). O reconhecimento constitucional desses direitos legitima que aqueles que se sintam impossibilitados de acesso reivindiquem a sua garantia. Grande parte da população brasileira está abaixo da linha da pobreza, e assim é importante lembrar que, de acordo com o Banco Mundial, são consideradas pessoas extremamente pobres, aquelas com uma renda equivalente a menos de US\$ 1,90 por dia. Esse cálculo, em 2021 equivalia a R\$ 168,00. Hoje esse valor com o aumento constante do dólar pode chegar a R\$ 296,00. Entretanto, pensar a pobreza apenas pela variação do dólar americano, no contexto brasileiro é ignorar todos os determinantes que condicionam e agravam a realidade da pobreza, tais como falta de saneamento, de moradia, de alimentação, falta de acesso à educação, de empregos dignos, entre outros aspectos.

A presença dos direitos sociais, no texto constitucional, permite que a população crie mecanismos para garantir o acesso a esses direitos. Assim,

este reconhecimento cria também a possibilidade de entrar na justiça, a fim de obrigar a implementação das ações definidas constitucionalmente e de responsabilizar o Estado pelo cumprimento das decisões judiciais. Como por exemplo, uma situação que é bastante frequente, especialmente, para garantir o acesso a tratamento de saúde ou o acesso ao Benefício de prestação continuada (BPC).

Também estão garantidos os chamados direitos difusos, que podem ser entendidos como a extensão dos direitos sociais num mundo globalizado e tecnologicamente avançado. São exemplos desses direitos, a paz, a autodeterminação dos povos, o meio ambiente saudável e a preservação do patrimônio cultural da humanidade. A perspectiva de uma cidadania mais ampla, acabou por criar uma fusão entre os direitos individuais e sociais. Esse é marco importante, pois na sociedade capitalista, há diferenciações claras decorrentes da condição de classe e de renda da população. De acordo com o Relatório da OXFAM, “a riqueza dos dez homens mais ricos do mundo dobrou desde o início da pandemia. A renda de 99% da humanidade está pior em virtude da Covid-19” (OXFAM, 2022, s.p).

A história brasileira vivenciou um processo de promoção de direitos, baseado na meritocracia, bastante atrelado ao vínculo empregatício do cidadão, no qual o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direito, deveria passar pelo processo de sindicalização como forma de acesso aos direitos sociais. A relação sindical contemplava os interesses das classes médias e dos trabalhadores, sendo a estes, garantido o direito a atendimentos e auxílios quando necessário. Como afirmam D’Araujo e Soares (1994):

[...] a incorporação política e social das classes subalternas se deu sobretudo através do mecanismo de cooptação pelo Estado e sob controle dos setores dominantes, reforçando a segmentação da classe trabalhadora e produzindo um perfil de demandas e resistências particularistas e corporativamente articuladas, com tendência a se constituírem em obstáculos à universalização dos direitos sociais. Construíram-se assim fortes relações de interesses entre burocracias públicas e sindicais, na concessão e troca de benefícios, frustrando quaisquer tentativas de unificação, homogeneização e universalização dos benefícios. [...] (D’ARAUJO, SOARES, 1994, p. 290)

A maioria dos direitos sociais foram conquistados ao longo do século XX por meio da pressão de movimentos sociais e da classe trabalhadora. Através da organização dos movimentos sociais foram sendo legitimadas as lutas por melhores condições de trabalho e por políticas sociais que viessem materializar direitos extensivos para o conjunto da sociedade, a partir da criação de agendas que contemplassem suas reivindicações e tivessem como horizonte a expansão dos direitos trabalhistas e o acesso a serviços de qualidade.

Nos anos de 1980, graças à força de movimentos sociais que buscavam a efetivação de políticas que correspondessem às necessidades da população, foram sendo criados elementos que propiciaram uma ampla discussão sobre direitos sociais, passando a ter um impacto significativo sobre o processo Constituinte, o qual deu origem à Constituição Federal de 1988.

Maria Carmelita Yasbeck (2012) aponta que as classes subalternas, ao adquirirem visibilidade, conquistaram direitos e protagonismo social, avançando no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevalecessem seus interesses, dando ênfase às reivindicações e lutas por direitos sociais. Para esta autora, esse processo foi marcado:

Pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. (YASBECK, 2012, p.217)

A Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, definiu por meio de normas constitucionais, a melhoria das condições sociais e econômicas da população, instituindo o Estado Democrático de Direito, enquanto resultado da luta dos trabalhadores juntamente com os sindicatos, movimentos sociais e populares, além de conselhos, fóruns e conferências.

Esta Constituição Federal apresenta, em seu texto legal, os ideais de uma sociedade livre, justa e solidária, apontando como objetivos o fim da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem,

raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Por conta da maciça participação de segmentos sociais historicamente segregados, o Texto Constitucional possibilitou:

Condições para que o Brasil tivesse uma Constituição democrática e comprometida com a supremacia do direito e a promoção da justiça. A partir dela, o Estado brasileiro passou a ter o dever jurídico constitucional de realizar a justiça social. (BAPTISTA, 2012, pág. 7)

Em relação aos problemas enfrentados para que o Estado brasileiro pudesse garantir a supremacia do direito e a promoção da justiça, prevista na Constituição Federal, é preciso ter presente a ofensiva neoliberal presente no início dos anos de 1990, a qual criou sérios impedimentos, haja vista a orientação de cortes de gastos na área social e investimentos gigantes na área econômica. Deste então, as orientações dos organismos internacionais, a fim de fortalecer o neoliberalismo, apontam para cortes na área social. Tiago Martinelli e Berenice Rojas Couto destacam que:

O desmonte dos direitos sociais ocorre de forma direta e indireta, como quando, em dezembro de 2016, é aprovada a Ementa Constitucional n. 95 (EC 95), que institui o novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e de seguridade da União e que vigorará por vinte exercícios financeiros, ou seja, 20 anos de cortes de junto às diferentes políticas sociais públicas, com impacto direto na saúde e educação. Agregam-se ao contexto a reforma trabalhista e a devastação dos direitos da classe trabalhadora, associados aos processos de terceirização e privatização das políticas sociais públicas (MARTINELLI; COUTO, 2021, p. 200)

Nessa direção de pensamento, Maria Luiza Amaral Rizzotti e Ana Patrícia Pires Nalesso, analisam o processo de enxugamento das Política de Assistência social, que afetou, de maneira bastante significativa, o atendimento da população no período da pandemia. Para estas autoras:

As evidências do enxugamento de proteção social podem ser lidas de muitas formas, sobretudo no caso específico da política de assistência social, que provê seguranças como renda: acolhida, convivência familiar e comunitária; autonomia, apoio e auxílio. Destaca-se que para operacionalização dessas provisões socioassistenciais há necessidade de se ter uma rede robusta que ofereça serviços e benefícios continuados e eventuais. Na categoria de eventuais poderia ser incluído o auxílio emergencial conquistado durante a pandemia (RIZZOTTI; NALESSO, 2021, p. 21)

Assim como no período pandêmico onde as políticas sociais tiveram seus orçamentos reduzidos, justo no momento em que o aumento dos serviços a serem ofertados à população se fazia urgente e necessário.

2.2 Políticas sociais: formas de viabilizar direitos

As políticas são as formas de materialização dos direitos sociais, aprovados no texto constitucional, porém não há um consenso acerca de sua definição. De acordo com Camila Pereira:

Política social refere-se ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas geradas pelo Estado e demandadas pela sociedade com direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos, seja prevenindo contingências associadas ao trabalho e as inseguranças sociais, seja combatendo-as quando instaladas. Sua razão de ser tem a ver com a existência de desigualdades produzidas estruturalmente por um sistema social dividido em classes e reproduzido historicamente por meio de relações de poder constantemente renovadas. (PEREIRA, 2016, p. 79).

Maria Helena Elpídio Abreu segue nessa mesma linha de pensamento, entretanto, aponta alguns aspectos decorrentes da primazia da política econômica sobre a política social, ao afirmar que no horizonte neoliberal, há uma clara determinação de minimizar os direitos sociais e maximizar os direitos econômicos.

Para esta autora, as políticas sociais e o formato dos sistemas de proteção social podem ser considerados desdobramentos e respostas às expressões multifacetadas da questão social, cuja gênese encontra-se na relação de apropriação e exploração do capital sobre o trabalho (ABREU, 2016, p. 74).

Jorge Abrãao de Castro (2012) define as políticas sociais como sendo a composição de um conjunto de programas e ações, caracterizadas pela garantia da oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação de elementos do mercado, buscando realizar dois objetivos conjuntos, sendo eles a proteção social e a promoção social. Para este autor:

A proteção social caracteriza-se pelo tipo de ação vinculada à seguridade social e à solidariedade aos indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade, como: a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual; b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano (ex: crianças e idosos); c) situações de risco e contingências, como em caso de acidentes (invalidez por acidente) (CASTRO, 2012, p. 1014/5).

Castro, ainda destaca que a promoção social envolve a geração de igualdades, oportunidades para indivíduos e/ou grupos sociais, estando relacionada com a expansão de oferta de bens e serviços sociais, enquanto bens a serem providos pelo poder público, sendo o acesso à saúde e educação exemplos fundamentais dessa provisão. Outras políticas públicas são fundamentais para que, de fato, essa promoção ocorra. O autor cita as políticas de inclusão produtiva. Para ele:

Tais políticas permitem a ampliação de oportunidades e obtenção de melhores resultados pessoais e coletivos, que ao atingirem a universalização, possibilitam às populações mais pobres o acesso a bens e serviços de boa qualidade (CASTRO, 2012, p.1015).

De acordo com a Cepal (2006), a proteção social representa um investimento em capacidades humanas, o que pode gerar ganhos em termos de produtividade e de melhoria da renda familiar. Essa forma da Cepal conceber a proteção social, vai na direção de atribuir aos indivíduos a mudança das suas condições de vida, sem levar em conta o contexto neoliberal vigente na sociedade.

O atual modelo econômico ignora a existência de imensos contingentes humanos que se tornam supérfluos, desnecessários, descartáveis. Trata-se de grupos considerados incompatíveis com o capitalismo, e dessa forma, ficam à margem da sociedade e em maiores situações de vulnerabilidade. Para Sudbrack (2005):

Pessoas são consideradas descartáveis para a sociedade porque nunca chegaram a se tornar úteis para a nova ordem econômica vigente. É o que alguns autores denominam “exclusão dos irrelevantes”. O estado deixa de ser o protetor desses grupos e se

propaga um discurso de que a pobreza é natural. (SUDBRACK, 2005, p. 34).

Ademir Alves da Silva, na obra denominada *Políticas Sociais: arenas de luta por acesso*, destaca que há em curso uma proposta de políticas sociais seletivas de enfrentamento da pobreza, as quais apresentam sete tendências diferenciadas, mas que se encontram de alguma maneira, articuladas. A primeira tendência se encontra vinculada:

Às políticas sociais seletivas e focalizadas, a partir da identificação dos bolsões de pobreza, segundo determinados indicadores de desenvolvimento ou de exclusão social [...]. A segunda, articuladas a reforma do Estado, refere-se a revitalização da cultura de benemerência – confessional ou laica – que contempla o apelo às várias formas de solidariedade, destacando-se o voluntariado[...]. A terceira é a reedição da filantropia empresarial pelo apelo à responsabilidade social, ao compromisso com a preservação ambiental, a compatibilização economicamente correta de lucro com ética; [...]. Quarta, defesa do investimento em capital humano, por meio da educação, contemplando a educação digital [...] trata-se de uma educação reprodutora da ideologia da globalização patrocinada pelo banco mundial. Em quinto lugar, a postulação da retomada do crescimento econômico e consequente geração de emprego e renda [...]. Sexta proposta: a defesa de estratégias redistributivas da renda nacional por meio da reforma tributária, da revisão do salário mínimo, da garantia de renda mínima. [...]. E a defesa de formas e padrões de cooperação global, dentre as quais a eliminação das medidas de protecionismo dos países ricos. (SILVA, 2016, p.57)

Dentre essas tendências apontadas, as quais vimos, constantemente, nos desenhos das políticas sociais, a seletividade e a focalização é, sem dúvida, uma presença constante. Nesse aspecto, Mossicléia Mendes Silva, destaca que:

Sob a ótica neoliberal, a proteção social deve ser garantida via mercado para aqueles que podem pagar, enquanto que o Estado deve centrar suas ações sobre o segmento mais empobrecido. Nesse prisma, ganha densidade a opção por uma política de assistência social compensatória e focalizada, que despreza moldes universais para a política social e é executada a partir de um formato específico de enfrentamento à pobreza. (SILVA, 2020, p. 734).

A pobreza, historicamente vista como um fenômeno natural e, também, muitas vezes, associada aos processos de urbanização e industrialização do país, tendo a classe trabalhadora como a responsável pelas suas condições de vida, passou a ser reconhecida como produto da desigualdade socioeconômica e política brasileira, onde os postos de emprego são precários e os direitos trabalhistas se encontram sucateados.

Maria Carmelita Yazbeck (2012), ao se referir sobre a questão da pobreza, aponta para o seu caráter multidimensional, destacando que ela está relacionada a múltiplas formas de privações e não apenas à renda. Assim, é preciso pensar a pobreza como a falta de acesso e recursos (não apenas financeiros) que possibilitem um padrão de vida em que sejam supridas as necessidades básicas, como alimentação, higiene, vestuário, educação, moradia, saneamento básico, dentre outros. Para esta autora:

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBECK, 2012, p.290)

Essa mesma opinião é partilhada por José de Souza Martins. Para ele, a pobreza é uma categoria multidimensional, “e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças”. (MARTINS, 1991, P. 15). Essa multidimensionalidade aponta para a necessidade de se repensar a pobreza não apenas como ausência de renda, mas como ausência de um conjunto de fatores, dentre os quais podem ser destacados a falta de saneamento básico, a ausência de um transporte público de qualidade, a inexistência de oportunidade de uma educação igual à que é ofertada em escolas particulares, uma alimentação saudável e acesso aos serviços de saúde de forma rápida e

eficientes, tão presentes no contexto brasileiro. Cabe aqui trazer o pensamento de Ivanete Boschetti e de Elaine Behring:

A pandemia, inquestionavelmente, revelou ao país e ao mundo o que o país insistia em ocultar: o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas pelos sucessivos justes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio. Por um lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) legalmente universal e descentralizado, mas que já agonizava com falta de recursos [...] de outro um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram, da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 76)

Para finalizar este capítulo e, avançar na discussão dos Programas de Transferência de Renda, trazemos aqui o pensamento de Guy Bajoit acerca da pobreza. Para ele quando atribuímos o “ser pobre” em termos de renda, não explicamos de fato, o motivo real da pobreza, nem tampouco o que pode ser feito para acabar com essa pobreza existente. Para melhor compreensão dessa realidade, ele aponta quatro imagens que permeiam a pobreza.

1) O pobre como marginal: ele é pobre porque está mal socializado ou socializado numa subcultura diferente da maioria das pessoas; 2) O pobre como explorado: ele é pobre porque é explorado pela classe dominante, porque é alienado, pauperizado, excluído pelo funcionamento do capitalismo; 3) O pobre como dependente: ele é pobre porque não tem autonomia e não tem sucesso, porque não tem capital social suficiente; 4) O pobre é desfilado: ele é pobre porque está isolado, desestimulado porque não vivencia experiências de solidariedade. (BAJOIT, 2006, p. 92).

Talvez essas quatro imagens apresentadas pelo autor, estejam relacionadas quando são pensadas políticas sociais de enfrentamento à pobreza, haja vista a tendência de culpabilização do pobre por sua condição de pobreza, a exigência de condicionalidades para acesso aos programas de transferência de renda, ou ainda, a necessidade de participação em cursos profissionalizantes, participação em encontros, dentre outros aspectos.

3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A REALIDADE BRASILEIRA

Este capítulo pretende discorrer acerca do surgimento dos Programas de Transferência de Renda, e os principais Programas brasileiros, como o Programa Bolsa Família (PBF), o seu reconhecimento em âmbito mundial, as condicionalidades nele existentes, além de apontar o seu término e a criação do Programa Auxílio Brasil (PAB), ressaltando quais as mudanças que ocorrem com a troca dos Programas, suas formas de adesão, pagamentos e condicionalidades.

3.1 Antecedentes do Programa Bolsa Família

A ideia de uma transferência monetária como estratégia de minimizar as condições de pobreza não é algo novo. Ao contrário, em nível internacional o debate sobre a renda mínima data da década de 1950. Na Inglaterra ocorreu no ano de 1948; na Bélgica foi criado o Programa Um Mínimo de Existência, em agosto de 1974; na Alemanha, o programa denominado Ajuda Social foi criado em 1961; na Holanda o programa denominado Assistência Social foi criado em junho de 1963; em Israel foi criado o Programa Garantia de Inserção em dezembro de 1980. Ainda há registro de criação de programas no Reino Unido, 1953; nos Estados Unidos, 1967; na Dinamarca, 1978; na Itália, 1988 e na França, também no ano de 1988 (MARQUES, 2021). Eduardo Suplicy, autor do Projeto de Lei de criação da Renda Mínima Garantida ao expor sobre a importância de programas de transferência de renda, destaca: “Qual a maior vantagem da Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional? É prover dignidade e liberdade real para todas as pessoas na sociedade”. (SUPLICY, 2018, p. 14, In: PARIJS, VANDERBORGHT, 2018).

Para Maurício Testa, Paula Fronza, Maíra Petrini e Jane Prates (2013), as primeiras experiências de transferência de renda datam do século XVIII na Inglaterra, assumindo na atualidade novas roupagens, na tentativa de garantir a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de pobreza. Estes autores destacam que no Brasil, os Programas de Transferência de Renda podem ser datados de 1991, com a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM), associado à educação, mesclando, assim, uma

política compensatória (transferência monetária) com uma política estruturante (educação).

No Brasil, o precursor do debate sobre Renda Mínima foi o economista Antônio Maria da Silveira, que no ano de 1975, escreveu na Revista Brasileira de Economia, que a questão da redistribuição de renda está na ineficácia das formas de enfrentamento do problema. Ele, foi adepto das ideias de Milton Friedman, o qual defendia um Imposto de Renda Negativo, a fim de ter recursos para subsidiar estes programas.

Em 1990, Eduardo Suplicy encaminhou ao Senado Federal um projeto, que instituiria no país o Programa de Garantia de Renda Mínima. Em dezembro do mesmo ano o projeto foi aprovado, segundo o qual toda a pessoa de 25 anos ou mais teria direito a receber um valor mensal capaz de garantir sua sobrevivência.

De acordo com Ismael Córdova e Ismael Alves (2019), o ex-presidente Fernando Henrique, no período que antecedeu o primeiro mandato do ex-presidente Lula, deu início a implantação de transferências monetárias. Para estes autores, o objetivo foi:

Suprir as necessidades básicas de populações que historicamente estavam vulnerabilizadas. Nessa esteira, o então Presidente, por meio de Lei criou o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculada à educação, nomeado de “Bolsa Escola” (CÓRDOVA; ALVES, 2019, p.114)

Já no ano de 2001, por meio de Medida Provisória, foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima, nomeado de Bolsa-Alimentação. O programa focava em ações que visavam reduzir as deficiências nutricionais da população pueril e conseqüentemente os altos índices de mortalidade infantil entre as famílias que tinham renda de até meio salário mínimo, neste mesmo ano entrou em vigor o Programa Auxílio-Gás, destinado a subsidiar o preço do gás liquefeito às famílias de baixa renda, sendo pagos bimestralmente à mãe ou ao responsável familiar.

Kerstenetzky (2012) afirma que no Brasil as políticas sociais tem caráter muito peculiar, tendo em vista que o sistema de seguridade social contava com proteção social para servidores do Estado, civis e militares. Posteriormente atingiu empregados da indústria e do comércio. Entretanto,

havia também processos contraditórios, como a financeirização da economia e a ampla privatização de empresas estatais. E então é com a Constituição de 1988 que ocorre uma estruturação universal das políticas que atenderiam as populações mais empobrecidas da sociedade.

A partir dos anos 1990, uma série de políticas sociais, principalmente as de transferência de renda entra em cena para tentar diminuir a pobreza e as desigualdades sociais. Em se tratando das políticas de transferência de renda, Marins (2017) argumenta que o entendimento da pobreza como problema multidimensional coloca em evidência na agenda dos órgãos internacionais a renda como meio de se atingir o desenvolvimento humano, e não mais como fim. A pobreza e as desigualdades sociais passam a ser consideradas como impedimento ao pleno desenvolvimento nacional, regional, intelectual e social.

Assim, os anos de 1990, foram permeados pelas mudanças constitucionais e por uma grande campanha de combate à fome, onde houve uma intensificação na discussão política nacional sobre os programas de transferência de renda, inserindo na agenda pública nacional a discussão inicial sobre este tipo de redistribuição (Jesus, 2007).

Através dos Programas de transferência condicional de renda (PTCR) ocorre o repasse de recursos financeiros para as famílias pobres, com a exigência de que os pais cumpram condicionalidades específicas, geralmente focadas na saúde e educação dos filhos e, também de inserção dos responsáveis em cursos de capacitação para o trabalho. Fatores que contribuem para diminuir a evasão escolar, baixa escolaridade e o analfabetismo, assim como a baixa nos números da mortalidade infantil e desnutrição.

No ano de 1995, surgiram alguns programas municipais em Campinas, Ribeirão Preto e em Santos (São Paulo) e no Distrito Federal. Em 1996 foram criados o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) o Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Os PTR têm sido considerados como uma das soluções viáveis para o enfrentamento da pobreza (Yazbek, 2007). Eles são elementos importantes para a garantia de condições dignas de vida, para uma parcela significativa da

população. Entretanto, o atual governo não entende desse modo, pois além de permitir que a alocação orçamentária do PBF se vincule a outras áreas, como saúde e educação ainda reduziu os recursos financeiros destinados ao programa justamente quando o país vivencia uma das suas maiores crises econômicas, decorrentes da pandemia.

Os PTCRs resultam de políticas de combate à pobreza com a monetarização da política social. Estes têm sido objeto de múltiplas experiências como o Progres/a/oportunidades, no México (2000); Chile Solidário/Puentes (2002), no Chile; o Bolsa Família (2003), no Brasil; o Plano de Assistência Nacional a La Emergência Social (Panes), do Uruguai; o Asignacion Universal per Hijo (AUH, 2009), na Argentina. “Cada um tem suas peculiaridades e possibilidades no apoio às famílias empobrecidas para a educação de seus filhos”. (SPOSATI, 2011, pág. 112)

De acordo com Maria Ozanira Silva da Silva, Maria Carmelita Yazbek e Geraldo Di Giovanni (2007), os PTRs são aqueles destinados a realizar uma transferência monetária, sem necessariamente uma contribuição prévia, destinados às famílias pobres, consideradas a partir de uma determinada renda per capita familiar.

No Brasil os PTRs foram incluídos na Política Nacional de Assistência Social por meio da Proteção Social Básica como uma possibilidade de atenuar as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

Para os analistas das políticas sociais, as políticas compensatórias, de certa forma, representam a ineficiência do Estado em garantir equidade entre todos os cidadãos, necessitando intervir diretamente nas relações entre os indivíduos e o mercado, na tentativa de garantir elementos mínimos de dignidade (RISSATO, MARTINS & ALMEIDA 2011, p. 38).

Os PTCR mostraram-se capazes de dar cobertura a populações historicamente excluídas de qualquer benefício de proteção social, articulando diversas ações inter setoriais, especialmente em relação à educação, saúde e nutrição, com vistas a reduzir a pobreza a partir de uma visão multidimensional.

O cotidiano marcado pela pobreza em que se insere parte da população brasileira exige políticas sociais efetivas, voltadas para a redução das desigualdades sociais e não apenas ações compensatórias que recriam

relações mantenedoras da pobreza. De acordo com Rosa Maria Marques e Solange Emilene Berwig:

A proposta de constituição de uma renda mínima garantida sempre foi acompanhada de polêmicas: entre as questões que permeiam o debate, estão: a (in)viabilidade do financiamento, e o desafio do equilíbrio das contas públicas: a suposição de que a concessão de uma renda fixa e suficiente contribua para que os mais pobres não se mobilizem para o trabalho; a definição do desenho da política a ser implementada a partir de cada realidade. Considerada utópica para alguns e viável para outros, o fato é que a possibilidade de uma renda contínua, regular, incondicional, sem distinções de perfil econômico e garantida pelo Estado, é vista por muitos como um salto qualitativo em termos de proteção social para qualquer sociedade. (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 12)

O ex-presidente, Jair Bolsonaro, alegava que os PTRs “eram um incentivo à preguiça”. E o discurso de incentivo a preguiça e o descaso com o trabalho, foi amplamente difundido pelo ex-presidente.

A maioria dos PTRs, tem na sua arquitetura, a presença das condicionalidades, enquanto obrigações a serem cumpridas pelos beneficiários. Dessa forma, o não cumprimento pode vir a resultar em advertência, suspensão temporária e em casos mais raros, na suspensão definitiva do benefício.

Cabe lembrar que, uma vez exigidas condicionalidades é preciso traçar mecanismos de acompanhamento social das famílias beneficiárias, visando reverter tal exigência em oportunidade de acesso à cidadania. Os PTRs são uma fórmula primária encontrada pelo governo com a finalidade de “administrar a pobreza para que ela não atinja graus insuportáveis” (EUZÉBIOS FILHO, 2016, p. 258).

O MDS entende as condicionalidades como um compromisso assumido entre o Estado e as famílias beneficiadas, além de permitir o monitoramento dos indicadores para melhor entender as limitações da população quanto ao acesso às políticas básicas de saúde e educação (MDS, 2015, p.18).

Além de que, deve-se responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos, como educação de qualidade, professores

qualificados, boa infraestrutura das escolas, merenda, livros didáticos, além de vacinas e médicos especialistas em unidades de saúde. Mas, até o momento são poucos ou nenhum mecanismo que garanta que os sujeitos reclamem e exijam seus direitos quando esses estão sendo violados e/ou não estão sendo garantidos. Insuficiências nas estruturas de gestão dos Programas nos municípios, como equipamentos de trabalho, recursos humanos e falta de práticas inter setoriais, podem ser também causas para impossibilitar melhores recursos e investimentos. Todos os sujeitos de direito devem ser incluídos no Programa quando seus direitos estão sendo violados, ou não estão sendo garantidos. Essas pessoas devem ter a possibilidade de requerer o benefício e serem contempladas, mesmo que em um curto período. Caso o benefício não seja concedido, deve haver a possibilidade de que o mesmo seja requerido judicialmente.

Quando os beneficiários utilizam os serviços básicos como a assistência social, saúde e educação, ou são impossibilitados de frequentar tais serviços, esses Programas com condicionalidades provocam pressão sobre a oferta desses serviços, mostrando aos poderes públicos que sua proteção social pode estar sendo insuficiente. Assim como os dados de acompanhamento de condicionalidades, que devem contribuir para que o Estado amplie e melhore a qualidade dos serviços.

Os programas com condicionalidade têm como principal objetivo promover o desenvolvimento humano da população pobre, o que, na prática, significa aumentar seus níveis de utilização da educação pública e os serviços de saúde, eliminando as barreiras de acesso. Portanto, a transferência monetária é um instrumento que serve como incentivo a uma mudança de comportamento das famílias pobres, visando torná-las mais dispostas ao investimento nas capacidades humanas em educação e saúde e como mecanismo de financiamento dos custos de acesso à educação e aos serviços de saúde.

Os Programas de Transferência de Renda combinam diferentes dimensões de assistência (alimentar, saúde, educação, assistência, nutrição) e promovem iniciativas como a transferência de dinheiro que permitem maior autonomia às famílias em decisões, como onde esse dinheiro deve ser aplicado, decisões que podem beneficiar seus membros. O programa é capaz

de articular diversos serviços e benefícios de modo rápido e eficiente, destinando-as à população mais vulneráveis. Mas, entende-se que a própria oferta pública deve se aproximar das famílias, e não o contrário, o que gera uma lógica de um sistema de oferta articulado e ativo.

Destaca-se que não há consenso entre estudiosos da área sobre a necessidade do cumprimento de condicionalidades (Freire et al., 2013). Alguns indicam que não deve haver exigências frente a um direito (Burlandy et al., 2007; Kerstenetzky, 2009; Zimmermann, 2006). Já outros afirmam que as condicionalidades não se caracterizam como uma imposição, uma vez que exigem das famílias o que já é determinado legalmente (Medeiros; Britto; Soares, 2007).

As condicionalidades dos Programas foram estabelecidas como um instrumento para firmar o compromisso dos beneficiários com as metas de superação da situação de vulnerabilidade e potencializar o exercício de direitos básicos, como o acesso aos serviços da rede de assistência social, de saúde e educação, contribuindo efetivamente para a emancipação econômica e garantindo assim o acesso incondicional aos direitos de cidadania.

Entretanto, de outra parte, a obrigatoriedade de contrapor um dever ao direito social foi fortemente questionada por diversos estudiosos da área, haja vista o entendimento de que à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigações, os princípios clássicos de cidadania estão ameaçados (LAVINAS, 2000)

Mesmo que cobrar contrapartidas tragam risco, Silva (2001) tematiza que a contrapartida é uma possibilidade de combinação do compensatório com o estrutural, considerando que, é a exigência de manter crianças na escola que permite minimizar os efeitos do trabalho infantil sobre as oportunidades de escolaridade de crianças e jovens. Já o autor Medeiros (2007) afirma que as condicionalidades já são algo que os pais devem fazer com ou sem o benefício.

Com o agravamento da situação de pobreza, aumentam os incentivos a estruturação de políticas e programas sociais voltados para a transferência de renda. De acordo com André Pires (2013, p. 124), os programas de transferência de renda já se alastraram de tal modo que, “em

2010, já totalizavam 45 países em todo mundo, somando mais de 110 milhões de famílias”. Onde tais políticas são considerados instrumentos capazes de amenizar o ciclo inter geracional da pobreza.

O Brasil aprovou em 2004, a proposta do então senador Eduardo Suplicy, de uma renda básica destinada para todos, brasileiros ou estrangeiros residentes há cinco anos ou mais no Brasil, independentemente da condição socioeconômica. Entretanto, devido à pressão do Senado revogou a referida Lei, criando o PBF através da Lei 10.836/2004.

Os programas de combate à pobreza tornaram-se substitutos da política de proteção social em grande número de países latino americanos’. ‘Argumentos favoráveis consideram que tais programas estão conseguindo impactar positivamente nos processos de distribuição de renda dos países em vias de desenvolvimento, pois eles alcançam de forma positiva as famílias mais desfavorecidas, justamente aquelas que não integravam os sistemas contributivos meritocráticos, que sempre prevaleceram (COBO, 2012, p. 19).

A primeira etapa de implementação de um programa de transferência de renda que ganhou reconhecimento internacional no combate à extrema pobreza e à fome, foi o Programa Bolsa Família, criado em 2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Programa Bolsa Família evoluiu de 3,5 milhões de famílias beneficiadas, em dezembro de 2003, para 14,2 milhões de famílias, em julho de 2014, vinculado ao Plano Brasil Sem Miséria.

De acordo com Maria Ozanira Silva da Silva e et.all (2006) os primeiros PTR foram implementados na década de 1990 e rapidamente se espalharam para vários países ao redor do mundo, tornando-se uma importante estratégia de enfrentamento da pobreza e redução da desigualdade de renda nos países de baixa e média renda, reduzindo o círculo vicioso da pobreza.

Há opiniões divergentes acerca da exigência dessas condicionalidades. Quem se coloca contra, aponta que se os PTRs se caracterizam como direitos, e que seria inconstitucional a cobrança de tais obrigações. Quem defende a presença das condicionalidades, afirma que elas se caracterizam como estratégias para o acesso aos demais direitos, como o

direito à saúde, a educação, dentre outras. Maria Ozanira Silva da Silva (2016) aponta três diferentes concepções acerca das condicionalidades:

1) Condicionalidades como acesso a ampliação de direitos: o pressuposto é que as condicionalidades contribuem para o acesso a direitos sociais básicos e incentivam a demanda por serviços de educação, saúde e assistência social, apresentando-se em dupla perspectiva: demanda responsabilidade do Estado na oferta de serviços públicos e responsabilidade das famílias beneficiárias que devem assumir os compromissos determinados pelo Programa;2) Condicionalidades como questão política e imposição moralista conservadora: Além de culpabilizar os pobres pelo não cumprimento do que os programas determinam, não considera a insuficiência quantitativa dos serviços essenciais, mesmo no campo da educação e da saúde, agravado com as precariedades dos serviços públicos;3) Condicionalidades como a negação dos direitos: o entendimento é de que há um direito e não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades. Destaca a responsabilidade do Estado que deve garantir as condições necessárias para que as pessoas mantenham um padrão básico de vida. (SILVA, 2016, p. 164/5)

Apesar dos debates, a permanência das condicionalidades é uma constante nos Programas de transferência de Renda, estando presentes, tanto no PBF como no PAB. Em relação as condicionalidades, como dito anteriormente, as críticas são antagônicas, de um lado, defendem o direito à renda mínima e alegam não ser justo e uma restrição de direitos condicionar o recebimento de um benefício com a comprovação de frequência escolar e/ou de acompanhamento da saúde. Também à as pessoas que contestam a capacidade do poder público de acompanhar essas condicionalidades, que havia falta de controle sobre o que de fato estava sendo acompanhado.

3.2 O Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF foi criado com o objetivo de unificar os quatro programas de transferência de renda existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação). Uma grande vantagem inicial do programa foi a utilização do Cadastro Único, criado no governo Fernando Henrique Cardoso e

que já vinha sendo aperfeiçoado para possibilitar a integração das informações sobre as famílias atendidas pelos programas federais pré-existentes.

O PBF unificou o público-alvo, os critérios de elegibilidade e a estrutura de gestão de diversos programas de transferência de renda, e de acordo com Silva da Silva et.all (2006), outro diferencial do programa foi a adoção de um modelo de gestão inter setorial, descentralizado e com controle social,” (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2006:34).

O PBF foi alvo de inúmeras críticas, muitas pessoas alegavam que o repasse de renda aos mais pobres traria efeitos negativos na participação produtiva dessas famílias. Entretanto, o PBF criado em 2003, representou uma mudança importante em relação à concessão de benefícios, tendo em vista que anteriormente, as experiências de transferência de renda, ocorriam no âmbito municipal, como foi o caso da cidade de Campinas, que em 1995, implantou o Programa de Renda Mínima de Campinas.

Tendo como estratégia articular a transferência de renda com outras políticas, entre 2003 a 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, implementou o Programa Fome Zero, para tal criou um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), cuja meta era formular e coordenar a implantação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A criação do Ministério foi uma inovação em termos de políticas públicas de erradicação da fome. No entanto, em 2004, esse ministério foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Assim, o governo desenhava uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais. Fazia parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico, centrando o atendimento no núcleo familiar e tendo por base um conceito avançado de família que incorporou elementos de consanguinidade e de pertencimento a um domicílio.

Tendo como proposta incentivar a intersetorialidade das ações, voltadas para a inclusão social, o combate à fome, a erradicação da pobreza e de desigualdades sociais e estreitar o relacionamento com a sociedade civil no estabelecimento dessas políticas foram desenvolvidas várias ações de

divulgação do Programa Fome Zero e elaboradas cartilhas com orientações aos estados e municípios.

O principal objetivo do Programa é contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; ampliação do acesso a serviços públicos como direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo inter geracional de reprodução da pobreza; coordenação com outras ações e programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Os impactos do PBF, e o atendimento a um número elevado de famílias colocou o programa internacionalmente em destaque, sendo tratado por muitos especialistas como uma referência de programa de transferências condicionadas de renda. Com o duplo objetivo de, por um lado, aliviar a pobreza extrema por meio de uma transferência monetária a famílias que se encontram abaixo de uma linha de pobreza e, por outro, romper a transmissão intergeracional de pobreza, ao assegurar a realização do direito à saúde e educação das crianças e jovens membros das famílias beneficiárias, o programa criou mecanismos de gestão, coordenação e avaliação que hoje são exemplos importantes para a aprendizagem internacional (CASTRO, 2012).

Uma crítica ao PBF é que ele não garante o acesso irrestrito ao benefício, já que existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município, havendo um número máximo de famílias a serem contempladas pelo benefício. A partir do momento em que essa quota é preenchida, fica “impossibilitada” a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis e portadoras desse direito.

Essa seletividade faz com que famílias e pessoas pobres acabem não sendo incluídas no Programa, mesmo que tenham a necessidade de serem beneficiadas. Essas pessoas deveriam ter a possibilidade de requerer o benefício e serem contempladas mesmo que em um curto período. O direito à alimentação adequada, boa moradia, saneamento básico, saúde, educação e uma vida digna destinam-se a toda e qualquer pessoa, independente da etnia, gênero, raça e contribuição individual. Sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas ou condicionalidades, uma vez que a condição de

pessoa deve ser o requisito único para os direitos. A responsabilidade em garantir o provimento e a qualidade desses serviços compete aos poderes públicos responsáveis.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) o benefício concedido pelo PBF varia de acordo com a composição familiar e a situação socioeconômica do domicílio. O Programa estabeleceu duas faixas de pobreza: extrema pobreza (inclui atualmente famílias com renda monetária per capita de até R\$89,00) e pobreza (renda per capita na faixa de R\$89,01 a R\$178,00), o valor do benefício também dependerá do número de filhos e de sua respectiva faixa-etária. Dessa forma, famílias que possuem filhos de até 15 anos recebiam R\$ 41,00 – Benefício Variável (BV) –, com um teto máximo de três filhos nessa idade por domicílio; enquanto as mães de adolescentes entre 16 e 17 anos recebem R\$ 48,00 – Benefício Variável Vinculado à Adolescente (BVJ) –, com um limite de até dois BVJ por família – dados analisados no site da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em setembro/2021. Esses valores são repassados da União para a Caixa Econômica Federal, onde as famílias podem sacá-los pelo Cartão Social Bolsa Família (BRASIL, 2015)

Como dito anteriormente, o foco do programa são as famílias pobres e extremamente pobres inscritas no CADÚNICO, o qual serve como instrumento de formulação e planejamento de políticas para as famílias pobres e como ferramenta essencial para promover a oferta integrada de ações, bens e serviços a essa população. Embora a administração seja feita pelo MDS, várias outras instituições estão envolvidas, como a Caixa Econômica Federal e as prefeituras dos municípios. O CADÚNICO tem indicadores socioeconômicos que permitem identificar situações de vulnerabilidade social para além do critério de renda, sendo similar a um censo, com informações que possibilitam aos gestores planejar políticas públicas a partir da identificação das demandas e necessidades apresentadas pelas famílias.

De acordo com o que está disponível no MDS, o PBF sendo um programa de transferência de renda com condicionalidades, possui três dimensões: (1) alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda; (2) ruptura do ciclo inter geracional da pobreza, por meio das condicionalidades, que reforça o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação (necessidade de articulação com acompanhamento

familiar); e (3) programas complementares: esforço coordenado dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil para implementação de programas/políticas sociais voltadas para o desenvolvimento das famílias beneficiárias. Portanto, no curto prazo, o Bolsa Família tem o objetivo de reduzir o nível de pobreza das famílias elegíveis, com melhoria no bem-estar destas, em termos de consumo, nutrição, escolaridade e saúde. No longo prazo, o programa busca alavancar o investimento em capital humano das famílias elegíveis, tendo em vista a redução inter geracional da vulnerabilidade e pobreza. (BRASIL,2015)

Zimmermann (2010) destaca que o Bolsa Família se converteu em um mecanismo de enfrentamento da fome no Brasil, uma vez que proporciona, pelo menos, o acesso a uma alimentação mínima aos seus beneficiários. A presença de uma renda monetária regular, ainda que reconhecidamente insuficiente, pode proporcionar uma certa autonomia para as famílias atendidas, além de ser pago em um cartão próprio, onde as famílias, em sua maiorias, as mulheres são responsáveis pelo benefício e podem gerir e determinar em quais necessidades o valor será aplicado.

Muito mais do que garantia mínima, o dinheiro desnaturaliza as relações patriarcais dominantes e dá início a processos de libertação das mulheres diante do controle masculino da família, com a capacidade individual de fazer escolhas, a fim de governar sua própria vida e de seus filhos, se responsabilizar pelas próprias ações e ser capaz de cuidar de si e da família. A autonomia que o PBF promove, uma vez destinado às mulheres, faz com que elas possam se libertar de condições familiares de opressão e violência.

De acordo com Zimmermann (2010) o dia de pagamento do Programa é o momento em que “a roda da economia se move” nas pequenas localidades rurais e, muitas empresas, entre as quais estão os bancos comerciais, são capazes de obter lucro graças a estas transferências. Para Potyara Pereira et al. (2008) é possível afirmar que “em municípios com índices menores de desenvolvimento humano no Brasil, as transferências monetárias do PBF significam aumentos importantes das receitas dos comércios que vendem alimentos” (PEREIRA et al, 2008, p.37). Ainda em se tratando do valor do benefício, Zimmermann (2010) afirma que:

O valor da transferência deveria ser suficiente para prover não só as necessidades alimentares, como também o consumo de determinados bens e serviços considerados básicos numa sociedade, possibilitando um padrão de vida adequado. (Zimmermann, 2010, p.133)

O PBF passou por uma mudança a partir da publicação da Resolução nº 7, 10 de setembro de 2009 do MDS, atribuindo responsabilidades do gestor municipal, no sentido de aliviar ou reforçar os efeitos do descumprimento sobre o recebimento do benefício. De acordo com o documento, “ao incluir uma família em situação de descumprimento no monitoramento do serviço, o gestor municipal pode optar por interromper temporariamente os efeitos do descumprimento sobre os benefícios”. (BRASIL, 2009)

Os valores pagos pelo programa a cada família, eram atualizados anualmente com base no salário mínimo, mas desde o início do governo Bolsonaro, os valores não tiveram reajuste, assim, há muitas críticas relacionadas ao congelamento dos valores do PBF, o que impediu uma maior capacidade de atendimento das necessidades das famílias, principalmente no período pandêmico (BRASIL, 2005). De acordo com Maria Luiza Rizzotti e Ana Patrícia Pires Nalesso:

É fundamental trazer algumas notas sobre o fim do PBF e a proposição do Auxílio Brasil. Na dimensão da garantia de direitos, onde se lê aumento do valor do repasse por família não se tem nenhuma garantia [...] no que concerne à quantidade de beneficiários não se propõe o aumento sequer para todos os elegíveis inscritos no Cadastro Único, que atualmente é de mais de 50 mil pessoas (1/4 da população brasileira) e muito menos para atingir as pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único (RIZZOTTI; NALESSO, 2021, p. 22).

3.2.1 As condicionalidades do PBF

O PBF exige que as crianças estejam matriculadas, tenham taxa mínima de frequência, e acompanhamentos de saúde, a fim de que suas famílias possam continuar recebendo o benefício. A presença dos pais em reuniões das escolas também é parte das condicionalidades. A contrapartida exigida das famílias é a presença escolar, que é apresentada pelo PBF,

simultaneamente, como uma obrigação dos pais ou responsáveis e como um direito das crianças e adolescentes. O PBF tem, portanto, uma dupla face: por um lado, faz uma transferência condicionada de renda e, por outro, protege o “direito ao acesso e permanência à escolarização de crianças, adolescentes e jovens” (BRASIL, 2014^a, p. 6).

O PBF exigia 85% de frequência mínima para os jovens entre 6 e 15 anos de idade e 75% para os jovens entre 16 e 17 anos. Esse acompanhamento era feito bimestralmente, articulando todas as Unidades da Federação e municípios brasileiros.

André Pires (2013), destaca que, mais do que o sucesso escolar, a condicionalidade na área da educação deve proporcionar uma relação de pertencimento e reconhecimento social ao permitir o acesso de serviços públicos, através do acesso à diferentes serviços que ampliem o sistema de proteção social, efetivando dessa forma, um processo de transformação social no dia a dia dos beneficiários.

De acordo com o IPEA (2010) as condicionalidades em educação, saúde e assistência social dão ao programa um caráter inter setorial e exigem uma articulação estreita entre diferentes ministérios, secretarias de Estado e secretarias municipais, através da gestão descentralizada prevista no Artigo 11 do decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. (BRASIL, 2015)

De acordo com André Pires (2013) para que as famílias cumpram com as condicionalidades, é necessário que o Estado ofereça educação e saúde de qualidade para crianças e jovens de famílias pobres. Para este autor:

O retorno deste investimento será dado pelo incremento da renda dessas pessoas quando estiverem aptas para se inserirem no mercado de trabalho, em condições melhores do que aquelas vivenciadas pelos familiares que não tiveram acesso à educação. (PIRES, 2015, p.526)

Assim, o direito universal à educação não pode ser alcançado sem que haja segurança econômica para as famílias, o que leva a outro direito, o acesso das famílias a uma renda mínima, que permita que crianças e adolescentes possam acessar os bancos escolares sem a necessidade deles se evadirem.

As condicionalidades devem-se constituir como uma via de mão dupla, não responsabilizando apenas a família, mas também o poder público em relação à qualidade da oferta do serviço, pois é possível enxergar o descumprimento como um indicativo de vulnerabilidade social, nesse sentido, observa-se os objetivos delineados oficialmente no Programa:

[...] monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa; - responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis; - identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (BRASIL, 2015, s.p).

Dessa forma, a presença escolar deve ser entendida como obrigação dos pais e responsáveis e como um direito das crianças e adolescentes. O cumprimento desta condição, para receber o benefício do PBF, cria uma relação de troca e de reciprocidade entre os beneficiários e o Estado.

Acompanhar o cumprimento das condicionalidades é tarefa delegada aos municípios. Caso as famílias descumpram o que lhes foi imposto, serão submetidas a algumas penalidades, de forma gradativa, que vão desde advertências até o cancelamento do benefício. (BRASIL, 2005)

O descumprimento das condicionalidades apresentadas implica negativamente na aquisição do repasse monetário. Quando isso ocorre, o responsável, ao sacar o recurso, é informado sobre o descumprimento, configurando uma divergência. Caso persista o não cumprimento, a família poderá sofrer consequências gradativas, conforme segue: (1) advertência, quando o responsável recebe a comunicação que houve um descumprimento e não sofre restrição do benefício; (2) bloqueio por 30 dias, quando a família não consegue resgatar o valor referente ao mês em que houve o descumprimento, mas no mês seguinte poderá resgatar o anterior e o atual se regularizar a situação; (3) suspensão por 60 dias, quando a família fica dois meses sem receber a transferência de renda, não podendo reaver os valores retidos até o terceiro mês; e (4) repetição do descumprimento, acarretando em duas suspensões, que pode ocasionar o cancelamento do benefício (BRASIL, 2010).

O descumprimento das condicionalidades não necessariamente deve acarretar em penalidades, diretamente, pois se faz necessário investigar os motivos que levaram à violação dessa obrigatoriedade por parte das famílias, pois algumas delas podem morar longe da escola, cabendo ao Estado garantir condições necessárias para o acesso à escola, bem como para outras eventualidades que impeçam a família a cumprir seus deveres com o programa (TRALDI, 2011). Essa questão nos faz refletir sobre a dificuldade de acesso dos alunos que residem no meio rural, na cidade de Canguçu, e que são impedidos de ir para a escola, devido a precarização das estradas de chão, que impedem a circulação de veículos em dias de chuva. Sem contar alguns casos relatados onde as dificuldades vão desde as dificuldades de transporte até a falta de roupas e calçados para frequentar a escola, falta de dinheiro para o transporte para ir até a cidade receber o benefício ou quando há algum descumprimento, seja com irregularidades de papéis ou demais situações, onde as famílias ficam impossibilitadas de irem até a cidade a fim de resolver tais pendências.

Vale lembrar que alguns motivos de descumprimento podem não repercutir nos benefícios, como a falta de escolas, motivos de saúde ou deslocamento à escola. Esses efeitos podem deixar de ser aplicados se o município, após realizar o acompanhamento sócio assistencial, onde profissionais procuram tais famílias a fim de acompanhar o porquê do descumprimento, se há mais alguma necessidade ou qual fator está levando ao descumprimento e assim, solicitar a interrupção temporária dos efeitos do descumprimento. Essas famílias em descumprimento são as que mais merecem atenção do poder público e não podem ser deixadas à margem do sistema de proteção social.

A cobrança de condicionalidades no desenho da política é justificada sob a alegação de que haveria um estímulo ao acesso de direitos sociais básicos nas áreas da saúde, educação e assistência social, o que, em longo prazo, supostamente possibilitaria às crianças e adolescentes das famílias pobres níveis mais elevados de escolaridade e de saúde, considerados elementos fundamentais para a ultrapassagem do ciclo da pobreza e emancipação das famílias.

De acordo com o Ministério de Renda e Cidadania, há a necessidade de identificar os motivos para não cumprimento das condicionalidades, a fim de que sejam pensadas ações, de forma inter setorial que possam dar conta da realidade identificada, trazendo possibilidades para melhoria na qualidade de vida dessas famílias e para que os descumprimentos não persistam e, para isso foi criado um quadro onde podem ser mensurados os motivos de ausência às aulas, dos alunos.

Quadro 1 - Motivos de baixa frequência

- 1) Doença/problemas físicos
- 2) Doença na família/óbito na família
- 3) Fatos que impedem o deslocamento para a escola: (- Enchente, - Falta de transporte, estradas intransitáveis, - Violência na área onde mora, Inexistência de pessoa para levar à escola, grande distância entre a residência e a escola)
- 4) Concluiu o ensino médio
- 5) Suspensão escolar
- 6) Eja Semipresencial
- 7) Gravidez
- 8) Mendicância/trajetória de rua
- 9) Negligência de pais ou responsáveis
- 10) Trabalho Infantil
- 11) Motivo inexistente na tabela
- 12) Violência/discriminação/bullying/agressividade na escola
- 13) Trabalho do Jovem
- 14) Abandono escolar/desistência
- 15) Violência doméstica/abuso sexual
- 16) Necessidade de cuidar de familiares**

Guia de acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família. Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf

Assim, o acompanhamento das condicionalidades na educação principalmente, representa portanto, um sinal de alerta para a gestão pública, pois permite compreender os motivos da não frequência de crianças e adolescentes, permitindo ações efetivas de supressão dessas dificuldades. O principal objetivo da condicionalidade de educação deve ser, então, apoiar a inclusão, permanência e progressão escolar das crianças de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Com a chegada da pandemia em 2020 o governo precisou adaptar o valor transferido às famílias de baixa renda, além de ampliar essas transferências às demais famílias afetadas pela pandemia, com isso foi criado o Auxílio Emergencial, destinado às famílias de baixa renda, MEIs, e trabalhadores informais, a fim de garantir uma renda mínima para mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia. O acesso ao benefício ocorreu com bastante dificuldade, principalmente na identificação das famílias, o fato dos dados serem cadastrados apenas pelo telefone celular, desconsiderando o fato de milhares de brasileiros que não tem acesso a um celular com tecnologias de última geração e acesso à internet, além dos cruzamentos de dados cadastrais, o que gerou ainda mais aglomeração nas agências da Caixa Econômica Federal devido à incerteza do recebimento do benefício por milhares de pessoas e a demora de liberação de recursos.

A pandemia foi o momento em que o governo federal achou uma brecha para extinguir o Bolsa Família e continuar com um programa com o mesmo sentido do Auxílio Emergencial, que agora passou a ser chamado de Auxílio Brasil, com um valor de benefício maior e acolhendo um número maior de famílias.

Com as mudanças ocorridas no mundo desde o início da pandemia Covid-19 que produziu impactos socioeconômicos e no âmbito do mercado de trabalho, sobretudo para as populações mais vulneráveis, há a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social.

Com o discurso pautado na não dependência, o governo extinguiu o Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil, como uma versão mais ampla do Bolsa Família, com valores mais altos, valores estes que não tinham sofrido reajustes no governo atual, retomando medidas fundamentadas na meritocracia, que prevê premiação aos melhores alunos sem levar em conta as dificuldades de cada região ou de cada escola.

Assim como a pobreza familiar, que exerce uma grande influência sobre o ingresso precoce das crianças no mercado de trabalho, já que os custos para manterem as crianças na escola são muito altos. Entrando cedo no mercado de trabalho, as crianças saem igualmente cedo da escola, tornando-se adultos com algum tipo de experiência laboral, porém, devido à baixa escolaridade, acabam tendo acesso a empregos precários e a baixa renda.

3.3 O Programa Auxílio Brasil (PAB)

O PAB, traz condicionalidades semelhantes as do PBF, vinculadas à saúde e à frequência escolar mínima para seus beneficiários, tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento infantil. Cabe destacar que:

As condicionalidades são vistas como cobranças por parte dos beneficiados pelo programa, entretanto, pode-se afirmar que há um “reforço ao exercício de direitos básicos nas áreas de saúde e educação por meio dos cumprimentos das condicionalidades” (Monteiro & Silva 2009, p.6).

O PAB foi criado com medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 no âmbito do Ministério da Cidadania, executado por meio da integração e da articulação de políticas, de programas e de ações voltadas: ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; da transferência direta e indireta de renda; ao desenvolvimento da primeira infância; ao incentivo ao esforço individual; e à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã. (BRASIL, 2022, s.p). As condicionalidades do PAB estão postas para:

Estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de assistência social, educação e saúde, e identificar as vulnerabilidades sociais que afetem ou que impeçam o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos que constituem condicionalidades, por meio do monitoramento de seu cumprimento. No caso da educação, o foco das condicionalidades é estimular o acesso e a permanência escolar de crianças, adolescentes e jovens beneficiários e contribuir para fortalecer a capacidade do Poder Público de ofertar esses serviços às famílias mais vulneráveis. (BRASIL, 2022, s.p).

O PAB tem como objetivos promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio do SUAS, a articulação de políticas voltadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias; reduzir a pobreza e a extrema pobreza; promover, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes,

nutrizes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza; promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos às habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas; ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches; estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, por meio da inserção dos adolescentes, jovens e adultos no mercado de trabalho; da integração das políticas socioassistenciais com as políticas de promoção à inclusão produtiva; do incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à inserção ao mercado de trabalho formal. (BRASIL, 2022).

Conforme a Legislação, as ações necessárias para a consecução dos objetivos e das diretrizes do Programa Auxílio Brasil ainda estão em processo de definição e regulação.

O PAB prevê os seguintes benefícios financeiros: Benefício Primeira Infância - destinado às famílias que possuam em sua composição crianças com idade entre zero e trinta e seis meses incompletos; Benefício Composição Familiar - destinado às famílias que possuam, em sua composição, gestantes ou pessoas com idade entre três e vinte e um anos incompletos; Benefício de Superação da Extrema Pobreza - valor mínimo calculado por integrante e pago por família, cuja renda familiar mensal per capita, calculada após o acréscimo dos benefícios financeiros previstos, for igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza (BRASIL, 2022).

Além dos benefícios da transferência de renda, compõem o Programa: o Auxílio Esporte Escolar; a Bolsa de Iniciação Científica Júnior; o Auxílio Criança Cidadã; o Auxílio Inclusão Produtiva Rural; o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana; o Benefício Compensatório de Transição.

São elegíveis ao Programa Auxílio Brasil, as famílias em situação de extrema pobreza e as famílias em situação de pobreza. Estes benefícios podem ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias e serão pagos, até o limite de cinco benefícios por família.

Os valores dos benefícios deverão ser estabelecidos e reavaliados pelo Poder Executivo federal, periodicamente, em decorrência da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema. O valor do

benefício será calculado por integrante e pago por família, podendo variar após o recebimento dos benefícios indicados ou na hipótese de a família beneficiária permanecer na situação de extrema pobreza. (BRASIL, 2022).

A família beneficiária apenas receberá o benefício, relativo aos seus integrantes com idade entre dezoito e vinte e um anos incompletos, quando estes estiverem matriculados na educação básica. Os benefícios financeiros serão pagos mensalmente por instituição financeira federal, com a identificação do responsável por CPF.

O pagamento dos benefícios será feito preferencialmente à mulher. O Auxílio Esporte Escolar será concedido aos estudantes, integrantes das famílias que recebam os benefícios, que se destacarem em competições oficiais do sistema de jogos escolares e consiste no auxílio financeiro às famílias dos atletas e será pago em: doze parcelas mensais, mais uma parcela única, onde somente os atletas escolares com idade entre doze anos completos e dezessete anos incompletos serão considerados elegíveis. É vedada a concessão simultânea de mais de um Auxílio Esporte Escolar do tipo mensal.

Na defesa dessa proposta, Bolsonaro destaca que é preciso premiar os melhores alunos. E a partir dessa colocação o presidente parece desconsiderar todas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, principalmente após este período pandêmico, no qual toda sua rotina estudantil foi alterada, inclusive com dados de uma evasão escolar bastante elevada, pela ausência de condições de acesso às aulas remotas, acesso a celular e computadores, acesso à internet de qualidade, boas condições de vida e psicológicas para acompanhar as aulas online. Premiar os melhores alunos, os que se destacarem nos esportes e no aprendizado, é a proposta governamental. Dessa forma é possível perceber o viés meritocrático retomando com força e, num momento em que o retorno às aulas vem ocorrendo de forma lenta, tendo em vista o processo pandêmico, ainda em curso.

O Auxílio Brasil foi criado com o objetivo de, segundo o presidente Bolsonaro, ser uma versão ampliada do Programa Bolsa Família, com valores atualizados em torno de 20% em relação ao PBF. Esquece o presidente de

falar que desde que assumiu a chefia da nação, não autorizou nenhum aumento para o PBF.

Além do reajuste prometido de 20% o novo Auxílio Brasil também deve ter um valor adicional temporário, somando o valor de R\$ 400,00 para cada família incluída no programa (Folha de São Paulo, 2021)

Já a partir de 2023, o valor deve sofrer redução, excluindo o valor adicional pago e restringindo o valor a ser pago a cada família, as mudanças também podem ocorrer devido às eleições, sendo que o atual presidente Bolsonaro perdeu as eleições.

Entretanto, um aspecto que deve ser destacado é que, apesar dos desmandos do governo Bolsonaro, o PAB assumiu o status de política de Estado, o que lamentavelmente não ocorreu com o Programa Bolsa Família.

3.3.1 As condicionalidades do PAB

É importante salientar que o PAB ainda não pode ser entendido como um direito, pois sua concessão fica anualmente condicionada ao orçamento da União, ao cumprimento das condicionalidades impostas e fazendo com que os órgãos competentes revejam seus beneficiários, ora aumentando o número de benefícios, ora diminuindo. Essas condicionalidades podem assim ser definidas:

Na área da educação é exigida a frequência mínima de 60% da carga horária escolar mensal para os beneficiários de 4 e 5 anos de idade e de 75% da carga horária escolar mensal para os beneficiários: de 6 a 17 anos de idade; e de 18 a 21 anos de idade incompletos, que não tiverem concluído a educação básica, aos quais tenha sido concedido o Benefício Composição Jovem (BRASIL, 2022, s.p).

O acesso ao PAB deve ser feito por famílias em situação de extrema pobreza, ou por famílias em situação de pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00 (cento e cinco reais), e as em situação de pobreza com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 (cento e cinco reais e um centavo e duzentos e dez reais). (Brasil, 2022)

Várias cartilhas foram elaboradas para auxiliar o acompanhamento e fiscalização das condicionalidades e estão disponíveis no Ministério da Cidadania. Dentre estas destacamos:

- Portaria MC nº 766/2022: se refere a Gestão de Condicionalidades do PAB, incluindo a repercussão por descumprimento de condicionalidades

- Portaria Interministerial MC/MS nº 19/2022: trata das diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para a oferta e o acompanhamento das ações de saúde relativas às condicionalidades do PAB

- Portaria Interministerial MC/MEC nº 3/2022: define as diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para a oferta e o acompanhamento da frequência escolar relativa às condicionalidades do PAB

- Instrução Normativa Conjunta nº 1/SEDS/SENARC/MC/SAPS/MS, de 4 de março de 2022 – propõe os procedimentos para a identificação de gestantes elegíveis ao Benefício Composição Gestante (BCG) do PAB e das regras relacionadas à concessão desse benefício. Dessa forma, a partir destes destaques, é possível afirmar que o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades deve ocorrer no PAB.

O Auxílio Esporte Escolar é pessoal e intransferível e não gera direito adquirido e será permitido o pagamento de um auxílio para cada aluno elegível da família. O Auxílio será mantido independentemente da manutenção do estudante mas será condicionado à sua permanência no Cad-Único. A Bolsa de Iniciação Científica Júnior será concedida a estudantes, integrantes das famílias que recebam os benefícios, que se destacarem em competições acadêmicas e científicas, de abrangência nacional, vinculadas a temas da educação básica. A Bolsa de Iniciação Científica Júnior será paga em doze parcelas mensais ao estudante; e em mais uma parcela única à família do estudante, a bolsa é pessoal e intransferível. (BRASIL, 2021)

De acordo com o Ministério da Cidadania, será permitido o pagamento de uma bolsa para cada estudante da família beneficiária do Programa Auxílio Brasil. Mas é vedada a concessão simultânea de mais de uma Bolsa de Iniciação Científica Júnior ao mesmo estudante. (BRASIL, 2022)

Caberá ao Ministério da Cidadania definir os procedimentos para a concessão e o pagamento das bolsas, assim como regulamentar o credenciamento das competições.

O Auxílio Criança Cidadã será concedido, para acesso da criança, em tempo integral ou parcial, a creches, regulamentadas ou autorizadas, que ofereçam educação infantil. Será elegível para o recebimento do Auxílio Criança Cidadã o responsável por família, preferencialmente monoparental, e que tenha crianças de zero até quarenta e oito meses incompletos de idade, condicionado à ampliação de renda mediante atividade remunerada ou comprovação de vínculo em emprego formal ou os autônomos, empreendedores individuais, profissionais liberais; e à inexistência de vaga na rede pública ou privada conveniada que atenda às necessidades da família.

O Ministério da Cidadania, também será responsável pela escolha dos critérios de priorização das famílias, as regras para implementação gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeiro; os procedimentos para a operacionalização e revisão de elegibilidade das famílias para recebimento do benefício; e os procedimentos para acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle dos valores repassados, além de formas de controle social. (BRASIL, 2022).

Os estabelecimentos educacionais que ofereçam educação infantil como creche, podem aderir ao Auxílio Criança, conforme processo e critérios a serem estabelecidos (são vários os pontos que ainda estão sob regularização), nos termos do regulamento, onde deverão assinar termo de adesão, com formas, condições e prazos para o recebimento do valor definido para o custeio parcial ou integral das mensalidades e os quantitativos de vagas, penalidades e ressarcimento em caso de descumprimento ou fraude. A vigência deste termo será de adesão será de cinco anos e pode ser prorrogada.

O Auxílio Criança Cidadã tem caráter complementar e não afasta a obrigação de o Poder Público oferecer atendimento e expansão de creches na rede pública de ensino.

Já o Auxílio Inclusão Produtiva Rural será concedido para incentivo à produção, doação e consumo de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares, que recebam os benefícios. No primeiro ano, após um período de carência de três meses, a manutenção do pagamento do auxílio mensal terá

como condição a doação de alimentos, em valor correspondente a parte do valor anual do auxílio recebido, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela rede educacional e socioassistencial.

A família beneficiária poderá receber o Auxílio Inclusão Produtiva Rural por período máximo de trinta e seis meses, com verificações periódicas onde o beneficiário deverá comprovar o percentual mínimo de entrega de alimentos. Somente poderão receber o Auxílio Inclusão Produtiva Rural as famílias residentes em Municípios que firmarem termo de adesão com o Ministério da Cidadania, onde o beneficiário será mantido na ação de incentivo à produção independentemente da manutenção da família no Programa Auxílio Brasil, condicionada à permanência da família no CADÚNICO.

O Auxílio Inclusão Produtiva Urbana será concedido àqueles que recebam os benefícios e que comprovarem vínculo de emprego formal. O recebimento do auxílio está limitado a um benefício por pessoa e por família, vedada a concessão simultânea. O pagamento do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana pode ser cumulado com os benefícios, auxílios e bolsas do Programa Auxílio Brasil.

Também há o Benefício Compensatório de Transição, que será concedido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, revogado por meio desta Medida Provisória, que tiverem redução no valor financeiro total dos benefícios recebidos, em decorrência do enquadramento na nova estrutura de benefícios financeiros. Para o cálculo do Benefício Compensatório de Transição, será considerado os benefícios recebidos no mês anterior à revogação da Lei e será concedido no mês de implementação da Medida Provisória e mantido nos meses subsequentes, com revisão da elegibilidade e do valor financeiro do benefício.

Já as famílias beneficiárias que tiverem aumento da renda per capita que ultrapasse o limite de renda para concessão dos benefícios, serão beneficiadas pela regra de emancipação, devendo permanecer no Programa pelo período de até vinte e quatro meses.

As famílias beneficiárias em situação de regra de emancipação terão prioridade para receber informações, qualificação e serviços gratuitos para promoção de sua emancipação produtiva, escolhidos em função do perfil de cada beneficiário. A família beneficiária que for desligada do Programa Auxílio

Brasil, de acordo com manifestação de vontade ou em decorrência do encerramento do prazo estabelecido pela regra de emancipação, poderá retornar ao Programa com prioridade, desde que atenda aos requisitos estabelecidos.

A execução e a gestão do Programa Auxílio Brasil são públicas e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos com inter setorialidade, participação comunitária e o controle social. A execução e a gestão descentralizadas serão implementadas através da adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Auxílio Brasil.

Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal e é destinado para mensurar os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal, na execução de cadastramento, aprimoramento da qualidade cadastral, controle e prevenção de fraudes e irregularidades, e implementação das ações de desenvolvimento, inclusão produtiva, capacitação e empregabilidade das famílias beneficiárias; incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos. (BRASIL, Caderno do IGD-M,2021)

Os beneficiários do programa poderão autorizar a União a proceder descontos em seu benefício, de forma irrevogável e irretratável, para microcrédito, a fim de amortização de valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos e financiamentos.

Será de acesso público a relação dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil e dos demais auxílios previstos. Havendo indícios de irregularidade ou erros materiais na concessão, na manutenção ou na revisão do benefício, o Ministério da Cidadania notificará o beneficiário, seu representante legal ou seu procurador para ressarcimento dos valores.

O Programa Alimenta Brasil é um complemento do Programa Auxilio Brasil e visa: incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização

dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos; apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e da agricultura familiar; e fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização.

Os alimentos adquiridos pelo Programa Alimenta Brasil poderão ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As políticas sociais proporcionam à população mais pobre o reconhecimento de seus direitos sociais e podem ser consideradas parte importante da sociedade. Os programas sociais trazem respostas imediatas e de longo prazo, e permitem a possibilidade de alterar a realidade social, cultural, dando uma qualidade de vida às pessoas que se beneficiam dessas políticas.

3.4. Produções relacionadas com o tema PBF e/ou PAB + condicionalidades

Foi realizada uma busca em programas de pós graduação. Inicialmente a busca foi feita em programas da área 32 da CAPES onde se encontra Programa de Política Social e Direitos Humanos. Entretanto, por ter sido localizado uma dissertação, nos últimos 5 anos, optamos por abrir a pesquisa para outros programas de pós graduação.

QUADRO 2 – Dissertações SOBRE PBF + condicionalidade (Período de busca: 2017 a 2022)

Título:	A educação como ferramenta contra a pobreza: a experiência de mulheres do programa Bolsa Família no município de Presidente Kennedy-ES
Autoria:	Mirielle de Castro Sedano.
Programa:	MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO - Faculdade Vale do Cricaré
Ano de defesa:	2021
Resumo	O Brasil é um país que apresenta uma grande desigualdade social,

	<p>abrangendo uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 13,5 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema com privação de itens básicos necessários para sobrevivência, totalmente desamparadas e desprovidas dos direitos constitucionais. Para reverter esta situação foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que compreende o repasse de renda de forma direta para as famílias. O programa está fundamentado em três dimensões: a transferência direta de renda, as condicionalidades referentes à educação e saúde e aos programas de promoção e desenvolvimento pessoal. Esta pesquisa objetiva analisar os impactos relacionados à educação como ferramenta de combate à pobreza, vividos por dez mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Presidente Kennedy-ES. Para fundamentar teoricamente a pesquisa foram explorados os estudos de Clóvis Roberto Zimmermann, Debora Thomé, Maria Ozanira da Silva e Silva e órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caixa Econômica Federal, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) bem como a legislação vigente e os dados produzidos pelo sítio oficial do Ministério da Cidadania. Metodologicamente o estudo é classificado como quali-quantitativo, exploratório e descritivo e estudo de caso. Embora seja uma política pública consolidada no país, o PBF ainda é motivo de críticas e questionamentos, principalmente, em relação aos direitos constituídos dos beneficiários e a existência das condicionalidades. Os resultados refletidos nas manifestações das mulheres, sujeitos da pesquisa, evidenciaram que, alheio à necessidade de melhorias que ainda existem no PBF, a transferência de renda, vinculada à dimensão educacional, por ele proporcionada, se bem administrada, serve de enfrentamento à perpetuação de submissão dessas mulheres e faz a ponte para ajudá-las a sair da condição de pobreza.</p>
Título:	Programa Bolsa Família: os efeitos na trajetória de crianças da Escola Esperança
Autoria:	Luciana Aires Rosa de Lima
Programa:	Mestrado em educação - Universidade Federal do Oeste do Paraná
Ano de defesa:	2020
Resumo	<p>Este trabalho tem como objetivo de estudo o Programa Bolsa Família na trajetória dos estudantes do Ensino Fundamental II, na Escola Esperança, no período de 2011 a 2014. A pesquisa tem como questão central a seguinte pergunta: Qual a influência do Programa Bolsa Família na trajetória escolar dos alunos de ensino fundamental, beneficiários do Programa, pertencente à Escola Estadual Esperança, em Santarém, no período de 2011 a 2014? Considerando este questionamento, a pesquisa tem por objetivo analisar os efeitos do PBF na trajetória escolar dos beneficiários cursando o Ensino Fundamental II, na Escola Esperança. Metodologicamente, o presente trabalho caracteriza-se em Estudo de Caso e a abordagem utilizada foi a quanti-qualitativa. Realizou-se o levantamento documental sobre o Programa Bolsa Família e demais legislações pertinentes ao tema, assim como na secretaria da escola pesquisada, como o levantamento do mapa de notas.</p>

	<p>Realizou-se também entrevistas semiestruturadas com a 1ª responsável pela implantação do PBF da SEASTER, com o 1º e atual coordenador do PBF da SEMED em Santarém e com a direção da escola pesquisada. A partir da análise dos dados foi possível constatar que, dos 13 estudantes beneficiários do programa da turma que iniciou o 5º, no período de 2011, apenas 2 conseguiram permanecer até a conclusão do ensino fundamental em 2014, sendo a desistência uma das principais causas de exclusão de alunos. A parceria família e escola tem sido trivial para o acompanhamento do estudante, os efeitos do PBF na vida dos beneficiários contribuem, também, insuficientemente, no alívio das necessidades materiais, uma vez que a escassez de recursos é um dos motivos que leva à falta e à inconclusão da escolarização. Concluímos que as condicionalidades e contrapartida do PBF contribuem para a permanência na escola, mas não são suficientes para que o aluno permaneça em atividade escolar até a conclusão.</p>
Título:	FAMÍLIA, PROTEÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO: O impacto das condições de acesso aos serviços públicos condicionados instalados no território de vivência.
Autoria:	Vanessa Carla Borges de Lima
Programa:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (MESTRADO ACADÊMICO) –Universidade Federal da Paraíba
Ano de defesa:	2020
Resumo	<p>Este estudo versa sobre os determinantes da relação entre Proteção Social e Território, a partir de um estudo das condições socioterritoriais dos serviços públicos condicionados vinculados ao território de vivência das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Tendo como objetivo analisar o impacto do acesso aos serviços públicos condicionados na Proteção Social das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em municípios da 2ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba. A abordagem teórico-metodológica desse estudo investigativo de caráter quantiquantitativo, apresenta as concepções fundantes da Proteção Social, discorrendo sobre marcos históricos iniciais da Proteção Social, aprofundando o debate no contexto brasileiro, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988, com ênfase na Política de Assistência Social e o no debate sobre os Programas de Transferência de Renda. Apresenta as dimensões históricas e legais do Programa Bolsa Família, e a importância da intersectorialidade para a gestão do programa. A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes secundárias, através de levantamento bibliográfico e documental; seguido da análise de dados disponibilizados em plataformas on line de instituições públicas vinculadas ao objeto em estudo. A amostragem do estudo refere-se a quatro municípios da 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba, composta por um total de 24 municípios. Os resultados permitem inferir algumas considerações a partir da elucidação de indicadores socioterritoriais de proteção social vinculados ao território de moradia, quais sejam: a gestão da proteção social e as políticas de transferência de renda são duas faces do modelo (ainda que incipiente) de proteção social no país. Além disso, há uma intrínseca relação entre a proteção social e o território, considerando o território configura-se fator/indicador</p>

	determinante para mediações e gestão da proteção social. Identificamos ainda a importância da intersectorialidade enquanto principal mediação no processo de gestão do Programa Bolsa Família. Por fim, as incursões realizadas nos permitiram constatar que o Programa Bolsa Família tem sofrido gradativamente com o enxugamento do orçamento, e conseqüentemente apresentado diminuição no número de famílias beneficiárias, sendo a manutenção e continuidade do programa, talvez, o maior problema encontrado no decorrer do nosso estudo.
Título:	POBREZA E EDUCAÇÃO: REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS EM MANARI/PE
Autoria:	LINDEMBERG DA SILVA SANTOS
Programa:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.
Ano de defesa:	de 2020
Resumo	<p>Dentro dos últimos anos, é possível perceber que dentro do campo de estudos da Política Educacional no Brasil a necessidade viabilizar estudos que dialoguem com a perspectiva da desigualdade social e pobreza tão marcante no país. Dessa forma, este estudo visa analisar possíveis repercussões do Programa Bolsa Família na trajetória escolar de famílias beneficiárias em Manari, Pernambuco. Para tal, esta pesquisa norteia-se a partir de autores como Miguel Arroyo, Silvia Yannoulas, Eloísa Hofling, Nobert Bobbio, Maria Ozanira Silva, dentre outros, que colaboram nas discussões que envolvem a figura do Estado, o campo das políticas educacionais, a desigualdade social e pobreza e o Programa Bolsa Família. Nesta pesquisa, como proposta teórico metodológica utilizamos a proposta de teoria e análise do discurso de Norman Fairclough, que aponta o discurso enquanto prática social, que produz e se reproduz em diferentes contextos. O estudo empírico da pesquisa foi no município de Manari no sertão pernambucano, por meio de administração de questionários e entrevistas semiestruturadas. Esta dissertação aponta que o Programa Bolsa Família têm sido um fato essencial para que as famílias consigam acessar o direito à educação, o que repercute diretamente nas possibilidades de melhoria de vida a partir dos avanços das diferentes trajetórias escolar. No mais, é possível observar que os marcos regulatórios sinalizam para que sejam criadas outras ações governamentais com o intuito de viabilizar a autonomia das famílias e a melhoria na qualidade de vida dessas que estão em condições de desigualdades sociais. Ainda assim, é necessário insistir que avanços podem ser percebidos, sobretudo na trajetória escolar dos jovens que pertencem aos núcleos familiares, o discurso da superação da desigualdade social através da educação é um elemento marcante que emerge nas diferentes famílias. Portanto, é necessário que o fazer político esteja associado as práticas dos diferentes coletivos feitos desiguais, a fim de reparar historicamente os direitos que lhes foram negados, possibilitando um direito à vida, a dignidade humana</p>

Título:	Um empurrãozinho no Bolsa Família: uma proposta de uso de ferramentas comportamentais no programa
Autoria:	Henrique Santos de Faria.
Programa:	(Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília
Ano de defesa:	2018
Resumo	<p>A presente pesquisa é um estudo de aspectos específicos do Programa Bolsa Família, a saber, o acompanhamento das suas condicionalidades e do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), sob perspectiva comportamental. Inicialmente, é feita uma revisão da literatura acerca do Programa Bolsa Família (PBF), com o enfoque no acompanhamento das condicionalidades do programa e no Índice de Gestão Descentralizada. Em seguida, faz-se um panorama geral da Economia Comportamental, com o intuito de detalhar os possíveis insights comportamentais que podem ser utilizados no PBF, envolvendo uma revisão bibliográfica e uma apresentação de casos nos quais se aplica esse tipo de conhecimento para a construção de políticas públicas de outros países. Na sequência, são propostos dois protótipos de intervenção no programa, ambos baseados em insights comportamentais, quais sejam: (i) um boletim capaz de comunicar o Índice de Gestão dos Municípios (IGD-M) a cada prefeitura, com o intuito de deixar a linguagem utilizada mais simples e clara e com os incentivos corretos, de modo que seja possível obter um aumento nesse índice e, quiçá, melhorar o aproveitamento na execução das verbas repassadas com base nesse índice; e (ii) a simplificação na linguagem utilizada com o beneficiário do programa na carta de advertência que é enviada em caso de descumprimento de alguma condicionalidade. Ao fim, este estudo pretende contribuir para que o PBF possa fazer uso de mecanismos da economia comportamental para melhorar a comunicação com o beneficiário em situação de descumprimento de condicionalidades e, também, para aumentar o IGD-M e a execução de verbas repassadas com base nesse índice.</p>
Título:	Vivências dos ex-beneficiários do Programa Bolsa família e bolsistas PROUNI que frequentam cursos de graduação com maior e menor prestígio em univesidade do interior do Estado de São Paulo
Autoria:	Paulo Cesar Ricci Romão
Programa:	Programa de Pós Graduação em Educação – PUC CAMPINAS
Ano de defesa:	2018
Resumo:	<p>Esta pesquisa tem por objetivo analisar a vivência de ex-beneficiários do programa Bolsa Família em cursos de maior e menor prestígio no Ensino Superior de uma Universidade do interior do Estado de São Paulo. A pesquisa buscou identificar as percepções dos entrevistados sobre os Programas Bolsa Família e Universidade para Todos em suas trajetórias sociais e educacionais e compreender como tais programas podem (ou não) ter colaborado para o rompimento do círculo intergeracional da pobreza e para a melhoria de suas condições de vida, com base em suas</p>

	<p>expectativas futuras sobre o curso escolhido. Como método, optamos pela análise de entrevistas semiestruturadas com oito alunos ex-beneficiários do programa Bolsa Família e beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni). Foram analisados também os micro-dados das informações socioeconômicas disponibilizadas pelo Núcleo de Assistência Social da instituição pesquisada, de modo a traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados, especialmente à luz do sociólogo da educação Pierre Bourdieu e de pesquisas similares fundamentadas em seu trabalho. Após compreender o fenômeno da estratificação educacional ao longo da história do Ensino Superior do Brasil e, em especial, após a sua crescente expansão após a década de 1960, realizamos a análise dos dados obtidos nas entrevistas e do perfil socioeconômico. Foram realizadas 8 entrevistas, sendo 5 entrevistas com alunos dos cursos tidos como de menor prestígio e 3 entrevistas com alunos dos cursos tidos como de maior prestígio. Apresentamos os resultados obtidos apoiando-nos em quatro eixos de análise: perfil socioeconômico dos entrevistados, sua trajetória até o Ensino Superior, suas percepções sobre o Programa Bolsa Família e sobre o Prouni e suas perspectivas futuras. Dentre os principais resultados, enfatizam-se as trajetórias educacionais permeadas por dificuldades, geralmente de cunho social, as influências positivas de instituições ou políticas afirmativas como estímulo à continuidade dos estudos, a questão do preconceito enquanto beneficiário do Prouni ou por ser de classes sociais diversas das da maioria. Nota-se também uma divergência nas percepções acerca dos referidos programas, mostrando-se o Prouni como uma política pública, na visão dos entrevistados, com maior significância em suas trajetórias educacionais do que o Programa Bolsa Família. Destacam-se ainda as dificuldades dos prounistas quanto à permanência nos cursos de ensino superior. Por fim, são apresentadas as perspectivas futuras dos entrevistados, tendo em vista o que esperam pessoal e profissionalmente obter por meio dos cursos de maior ou menor prestígio que escolheram. Nota-se uma diferença no processo de seletividade dos cursos, em que os de menor prestígio são aqueles possíveis dentro da realidade dos alunos, enquanto os de maior prestígio são aqueles desejados. Quanto às expectativas futuras, as licenciaturas almejam trabalho na educação não-formal e os cursos de maior prestígio almejam carreiras de retorno financeiro mais imediato.</p>
Título:	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS E REVISÃO SISTEMÁTICA DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO
Autoria:	MARIANA CRISTINA SILVA SANTOS
Programa:	PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E NUTRIÇÃO – Ouro Preto, MG,
Ano de defesa:	2018
Resumo:	O Programa Bolsa Família (PBF) representa, atualmente, a principal política do governo federal para combater a pobreza e promover a inclusão social das famílias beneficiárias, permitindo acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Esta pesquisa teve o

	<p>objetivo de avaliar o impacto do PBF sobre o estado nutricional de crianças cadastradas no município de Ouro Preto – MG e de explorar o tema impacto do PBF nos indicadores educacionais por meio de uma revisão sistemática (RS) da literatura. Com delineamento longitudinal e retrospectivo, o estudo foi realizado a partir dos dados de fonte secundária coletada no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania referente ao estado nutricional e características familiares de crianças de zero a sete anos. O cálculo amostral foi determinado com base no total de crianças ativas no PBF durante segundo semestre do ano de 2013 com seleção aleatória. Para determinação do escore z para índices antropométricos foi utilizado o software WHO ANTHRO versão 3.2.2 e WHO ANTHRO PLUS versão 1.0.4. Utilizou-se o modelo de regressão linear de modelos mistos para avaliar a mudança do estado nutricional em relação ao tempo de recebimento do benefício. Realizou-se uma revisão sistemática com inclusão de 12 estudos relacionados à frequência, evasão, abandono, desempenho escolar e os resultados foram organizados para nível de aluno ou escola. Os resultados do estudo teste (piloto) apontam mudança significativa ($p \leq 0,05$) em direção a eutrofia do estado nutricional com diminuição do peso para idade ($\beta = -0,0009$ e $p = 0,0162$). Para a revisão sistemática, a escala Donw and Black apontou planejamento metodológico acima de 60% para todos os estudos. Os estudos com impactos positivos para o PBF prevaleceram no indicador frequência escolar para nível aluno e para nível escola prevaleceu o impacto sobre o abandono. Os achados indicam que a metodologia proposta para avaliar o estado nutricional de crianças cadastradas no PBF reflete resultados alcançados pelo PBF em termos de impacto ou efeito. Além disso, os dados da RS apontam resultados com impactos positivos nos quesitos diretamente associados à condicionalidade do PBF, ou seja, a frequência escolar e oportunizam a análise estatística para melhor síntese das estimativas dos indicadores. Entretanto, é imprescindível a melhoria dos registros do PBF a nível municipal para permitir a longitudinalidade na avaliação de resultados.</p>
Título:	Programa Bolsa Família: uma análise de seus impactos sobre os resultados educacionais dos alunos beneficiários no âmbito do Campus Pelotas do IFSul.
Autoria:	Juliana Roldão Bittercourt.
Programa:	Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia.
Ano de defesa:	2017
Resumo	<p>O presente estudo analisou a condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF) na área da educação, no que tange a frequência escolar, no âmbito do Campus Pelotas do IFSul. Verificou se a condicionante influenciava, ou não, o rendimento acadêmico dos alunos beneficiários. Ao analisar os possíveis impactos dessa política de transferência de renda, investigamos, ainda, questões ligadas aos processos de ensino e aprendizagem, aprovação, reprovação e/ou dependência escolar. A pesquisa foi de cunho qualitativo, embora tenha apresentado nuances quantitativas no</p>

	<p>tocante aos dados extraídos do sistema acadêmico. Utilizamos como metodologia o estudo de caso, e para análise dos dados obtidos, nos valem da análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A pesquisa subdividiu-se em etapas, da seguinte forma: constituição do estado da questão e elaboração do referencial teórico, a fim de subsidiar o trabalho; mapeamento de dados dos alunos beneficiários via sistema Qacadêmico; aplicação de instrumento virtual para coleta de dados, aos alunos beneficiários e aos docentes das disciplinas de matemática, física e química. Ao final da pesquisa, após a análise dos dados obtidos, concluímos que a exigência de frequência escolar imposta pelo PBF não exerce influência significativa no tocante ao rendimento acadêmico dos alunos beneficiários, bem como, não influencia as questões de aprovação, reprovação e/ou dependência escolar. Antes, notamos múltiplos aspectos que tangenciam, tanto as questões de sucesso, como as de fracasso escolar. Observamos que a condicionalidade de frequência é um motivador externo para a presença dos alunos no espaço escolar, mas que de fato, o que os faz frequentar esse espaço são as razões intrínsecas que cada um traz em sua fala, o que os mobiliza e faz com que encontrem uma real significação para permanência. De posse dos resultados, almejamos promover reflexões sobre as relações que se desenvolvem na escola e, ainda, sobre as questões que dizem respeito ao sucesso ou fracasso escolar, visando desmistificar visões estereotipadas, relacionando tais fatores às questões socioeconômicas. Desejamos ainda, que esse trabalho possa agregar valor às pesquisas que vem sendo realizadas, envolvendo as temáticas que dizem respeito não apenas ao PBF, mas às diversas políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos no Brasil.</p>
Título:	CONDICIONALIDADE ESCOLAR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE FREQUÊNCIA ESCOLAR E DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SANTIAGO
Autoria:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SANTIAGO
Programa:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Ano de defesa:	2017
Resumo	<p>Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender criticamente o que os documentos oficiais apontam sobre os motivos de baixa frequência escolar de crianças que participam do Programa Bolsa Família. De caráter qualitativo-quantitativo, esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos documentos de crianças beneficiárias, em situação de descumprimento da condicionalidade escolar, que estudam em uma escola da Rede Pública do Ensino Fundamental I do Estado da Bahia, na cidade de Salvador. Os documentos analisados envolveram os Relatórios de Frequência</p>

	<p>Escolar do Sistema Presença do Ministério da Educação/MEC e Relatórios de Acompanhamento Familiar do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Sicon/MDS. A pesquisa adotou como concepções teóricas a Psicologia Escolar e Educacional em uma perspectiva crítica e a Teoria Social Crítica. Analisar os Relatórios de Frequência Escolar de crianças beneficiárias do Bolsa Família permitiu a identificação dos motivos registrados que levaram muitas crianças e suas famílias a não cumprirem as condicionalidades do Programa Bolsa Família; apontou as situações coletivas e sociais que dificultaram o acesso à escola pelas crianças; identificou algumas estratégias de enfrentamento dos problemas coletivos e individuais utilizadas pelas famílias e pelo poder público para sanar o problema do acesso e da permanência das crianças na escola, e, por fim, sinalizou raríssimas práticas de Acompanhamento Familiar realizadas pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social. Além das contribuições teóricas e práticas esperadas para o campo da educação, esta pesquisa pretendeu oferecer reflexões que potencializem a garantia e permanência dos direitos de escolarização de crianças contempladas pelo Bolsa Família. Espera-se ainda que possa contribuir com a articulação das políticas públicas de educação e assistência social na garantia de direitos sociais aos cidadãos por meio de informações que fortaleçam a intersectorialidade e a interlocução entre União, Estados e Municípios no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento multidimensional da pobreza e dos desafios das condicionalidades do Bolsa Família.</p>
--	--

O levantamento realizado evidenciou que há pouca produção sobre o tema, especialmente na área de Serviço Social, o maior número de dissertações sobre as condicionalidades relata as contrapartidas na área educacional, sendo importante avançar na discussão do papel das condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda, bem como, trazer para a pauta a importância de envolvimento dos diferentes atores que atuam junto às crianças e aos adolescentes beneficiários do PBF e/ou do PAB, além de ampliar para a focalização das demais condicionalidades além da educação, ampliando também os diálogos com diversos profissionais que lidam diretamente com o acompanhamento das condicionalidades.

4. PERCEPÇÕES ACERCA DAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DA CIDADE DE CANGUÇU

Neste capítulo, faremos uma breve contextualização da cidade de Canguçu/RS, seus dados econômicos, populacionais, locais e educacionais e, posteriormente apresentaremos os resultados da pesquisa realizada.

4.1 Um pouco sobre o município

Canguçu é um município brasileiro situado no sul do estado do Rio Grande do Sul, considerado o município com o maior número de minifúndios do Brasil, possuindo aproximadamente 14 mil propriedades rurais, sendo reconhecida como a Capital Nacional da Agricultura Familiar. Com população de 53,022 habitantes segundo estimativa de 2020.

Canguçu é o município da zona sul do Estado com a maior quantidade de minifúndios da América Latina, agregando 8.075 estabelecimentos rurais, com mais de 8 mil quilômetros de estradas do interior, onde se concentra 63,4% da população. Terceira maior economia da Região Sul do Estado, segundo a Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), Canguçu tem o setor primário baseado na cultura do tabaco, ocupando a posição de maior produtor de fumo em folha do Estado, e ainda conta com a segunda maior área plantada de oliveiras, de acordo com o Ibraoliva. Com 0,65 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,3 bilhão em 2019 e Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,694 em 2019, com uma economia tão ativa e em pleno aquecimento, boa parte dos ganhos advindos da agricultura são gastos no comércio local, o que gera pequenos negócios em diferentes pontos, e também auxiliando o comércio local, os pagamentos dos PTR giram a economia, posto que os dias de pagamento são os dias de grande movimento, além da economia ativa, Canguçu também foi classificado como um dos 100 destinos turísticos mais sustentáveis do mundo.

Vários são os desafios para que o acesso e a permanência na escola, bem como a conclusão de todas as etapas da educação básica, sejam concretizados pelos estudantes. Um dos principais fatores de risco para a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola tem sido o baixo desempenho escolar, que se traduz em repetência e, por consequência, em elevadas taxas de distorção idade-série. O abandono escolar é um sério problema em todos os estados brasileiros e que se agrava conforme aumenta a faixa etária e o nível de ensino.

É importante, a partir de diagnósticos que considerem a realidade local, a construção de estratégias preventivas que contribuam para assegurar a

proteção social às famílias vulneráveis e a garantia de permanência das crianças e adolescentes nas escolas.

Nas escolas pesquisadas durante o trabalho, o número de alunos beneficiários de algum programa de transferência de renda que evadiram das escolas é mínimo, e mostram que o número de alunos que não são beneficiários que abandonam os estudos é maior. Cabe salientar que até este ano não haviam sido realizados estudos que abordassem diretamente esse tema em questão na cidade de Canguçu/RS. É importante compreender de forma detalhada como essas políticas são aplicadas e geridas, apesar de serem escassos os estudos que revelem as dinâmicas de cada local, cidade ou região para o acompanhamento das condicionalidades.

Entender a dinâmica da educação dentro do município permite a identificação de aspectos que, por exemplo, possam levar a evasão, de forma a minimizar fatores que acompanham os alunos, como a realidade socioeconômica em que vivem. Em 2021 foram realizados investimentos de R\$ 16 milhões na educação, e essa ação possibilitou o funcionamento de 10 escolas de turno integral, a entrega de uniformes escolares para todos os alunos da rede municipal e a inclusão das disciplinas de agricultura e empreendedorismo no currículo do 6º ao 9º ano. Em fevereiro de 2022 os alunos da rede pública da cidade receberam tablets (1º e 5º ano) e notebooks (6º ao 9º) com acesso a uma plataforma de ensino exclusiva. Além disso, alguns alunos serão contemplados com acesso à internet gratuita. As escolas municipais ainda contam com TV's de 60 polegadas em todas as salas de aula, a fim de auxiliar nos métodos de ensino, e os professores recebem, desde janeiro de 2022, o Piso Nacional do Magistério.

Atualmente, a ampliação das vagas nas escolas e universidades se expande cada vez mais, com o intuito de garantir o ensino a todos desde os pequenos nos anos iniciais, até os adultos nas universidades. Mas, o que muitas vezes não é pensado é se essa ampliação de vagas em todos os níveis de educação garante qualidade no ensino e se com um número maior de vagas, também ocorreu a qualificação dos profissionais, a adequação do espaço, ampliação de material escolar, além de itens como merenda escolar.

Os índices de reprovação, o tempo de permanência dos alunos nas escolas sem alcançarem o grau correspondente, o tempo de estudo e os maus

resultados de aprendizagem são demonstrativos de que o desempenho escolar depende de outros fatores. Muitos alunos vão para a escola sem terem feito nenhuma refeição em casa, muitos não tem transporte escolar todos os dias e acabam faltando as aulas. Alguns não tem recursos para seguirem estudando, muitos pais sem escolaridade não conseguem dar a assistência necessária em casa, entre diversos outros aspectos que levam os alunos a se evadirem.

A pobreza familiar exerce uma grande influência sobre o ingresso precoce das crianças no mercado de trabalho, onde os adolescentes e jovens acabam largando os estudos para ajudar no sustento da casa, sem contar a dificuldade de aquisição do material escolar, roupas e uniformes. Porém estes jovens, devido à baixa escolaridade, acabam tendo somente acesso a empregos precários e conseqüentemente a uma baixa renda.

A tarefa primordial da intervenção do Estado na área social deve ser proteger os interesses permanentes dessa população altamente vulnerável, constituída por crianças e adolescentes que vivem em famílias de baixa renda. É esse o grupo que – mais do que qualquer outro e dentro de um critério de equidade e eficiência – deveria representar o alvo privilegiado dos gastos sociais do governo em todos os níveis e do esforço da sociedade para promover a formação de capital humano. (FIESP, 1995, p. 211)

As condicionalidades na educação, propostas nos Programas de transferência de renda tem como proposta garantir que o aluno permaneça na escola e que tenha os demais direitos atendidos, desde uma alimentação adequada até o transporte para deslocamento da casa/escola e escola/casa. Essas condicionalidades ainda trazem a possibilidade de acompanhamento pelos profissionais em caso de descumprimento, que pode estar ocorrendo por diversos fatores.

4.2 A educação e os dados sobre Canguçu/RS

Mesmo com programas sociais que incentivam a matrícula de crianças e adolescente, 731 mil crianças ainda estão fora da escola em todo Brasil (IBGE), ainda segundo o IBGE entre 2007 e 2014 foi registrada queda do analfabetismo e aumento da escolarização para crianças entre os 6 e os 14 anos. O nível da educação brasileira também cresceu nesse período.

Canguçu hoje conta com 55 estabelecimentos de ensino, entres escolas municipais, estaduais e particulares. O município conta com polos universitários como a Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, o Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNIASSELVI, e a Universidade Franciscana, oferecendo cursos de magistério. O município conta com as escolas do campo que são referência em educação de qualidade em turno integral. Estas escolas iniciaram em 2018 contando com cinco escolas, tendo resultados positivos em relação ao rendimento dos alunos, hoje a Escola do Campo passou a atuar em 10 escolas do meio rural, contemplando mais de mil alunos. O método da Escola do Campo repensa a educação de base de acordo com a realidade de cada aluno. Os alunos passam a perceber as propriedades rurais como produtoras e como oportunidades de gerar mais renda às famílias.

Em Canguçu, as escolas se encontram em boas condições, com boa infraestrutura, não há falta de professores, a merenda é de boa qualidade, em todas as escolas do interior há ônibus disponível aos alunos para locomoção, mesmo que apenas em estradas principais. As escolas contam com atividades poliesportivas, onde a maioria delas tem quadra de esportes, e algumas escolas estão com as quadras esportivas em processo de construção ou finalização, todas elas participam de atividades culturais e tradicionalistas, além de atividades esportivas entre escolas.

A educação inclusiva é considerada um elemento importante no processo educacional. O direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência, foi garantido na Constituição de 1988. Uma das escolas visitadas para a realização da pesquisa deste trabalho conta com o maior número de alunos deficientes do município, e está localizada na área urbana e conta com professores e coordenadores capacitados para atender tais demandas.

Visando responder o primeiro objetivo deste trabalho foi solicitado a secretaria de educação dados sobre as escolas de Canguçu/RS, seu número de alunos, localização, número de beneficiários, que se encontram na tabela a seguir, com esses dados foi possível analisar e selecionar as escolas com maior número de beneficiários do interior e da cidade nas quais poderiam ser realizadas as pesquisas. Foram escolhidas duas escolas da cidade e duas do

interior a fim de fazer um comparativo. A escolha se deu com a porcentagem de maior número de beneficiários conforme o número de alunos.

A seguir apresentamos os dados relativos aos alunos beneficiários do PBF e/ou PAB, distribuídos por escola.

QUADRO 3 – Relação de escolas e de alunos - Canguçu

Escola	Tipo	Local	Nº Alunos	Nº Beneficiários
EMEF Alberto Bergamann Filho	Municipal	Santa Bárbara – 2º distr.	119	28
EMEF Carlos Moreira	Municipal	Canguçu Velho – 1º distr.	131	14
EMEF Carlos da Silva Soares	Municipal	Nova Gonçalves – 2º distr.	96	24
EMEF Cristo Rei	Municipal	Coxilha dos Cunhas – 1º distr.	145	43
EMEF Dom Pedro II	Municipal	Área urbana	244	67
EMEF Dr. Jaime de Faria	Municipal	Canguçu Velho – 1º distr.	88	16
EMEF Euclides da Cunha	Municipal	Faxinal – 3º distr.	136	37
EMEF Francisco Jose Barbosa	Municipal	Venda da Lagoa – 3º distr.	136	54
EMEF Francisco Meireles	Municipal	Vau dos Prestes – 3º distr.	129	45
EMEF Geraldo Antônio Telesca	Municipal	Área urbana	452	176
EMEF Gonçalves Dias	Municipal	Rincão dos Marques – 4º distr.	130	69
EMEF Guido Timm Venske	Municipal	Posto Branco – 2º distr.	196	58
EMEF Heitor Soares Ribeiro	Municipal	Florida – 2º distr.	257	106
EMEF Irmã Maria Firmina Simon	Municipal	Cidade	543	228
EMEF Joaquin Nabuco	Municipal	Área urbana	89	30
EMEF José Luiz da Silva	Municipal	Armada - 5º distr.	107	56
EMEF José Maria Dutra	Municipal	Armada – 5º distr.	146	38
EMEF Júlio de Castilhos	Municipal	Estancia da Figueira – 2º	65	13

		distr.		
EMEF Marechal Deodoro	Municipal	Glória – 1º distr.	86	43
EMEF Marechal Floriano	Municipal	Trapeira – 4º distr.	141	79
EMEF Oscar Fonseca da Silva	Municipal	Alto da Cruz – 5º distr.	167	92
EMEF Pres. Castelo Branco	Municipal	Coxilha dos Piegas – 4º distr.	235	63
EMEF Pres. Getúlio Vargas	Municipal	Área urbana	318	147
EMEF Santa Maria	Municipal	Passo do Valadão – 1º distr.	229	110
EMEF Santo Angelo	Municipal	Solidez – 1º distr.	112	29
EMEF São João Batista de La Salle	Municipal	Glória – 1º distr.	80	50
EMEF São Luiz Gonzaga	Municipal	Passo do Atalho – 1º distr.	133	68
EMEF Secundino Silveira da Silva	Municipal	Vila Silva – 3º distr.	76	20
EMEF Victor Marques Porto	Municipal	Área urbana	272	48
EMEF Vinte de Setembro	Municipal	Rincão dos Maias	268	89
EMEI Branca de Neve	Infantil/Municipal	Cidade	57	0
EMEI Madre Madalena	Infantil/Municipal	Área urbana	84	0
EMEI Rev. Joaquim Manoel da Siveira	Infantil/Municipal	Área urbana	146	37
EMEI Santa Clara de Assis	Infantil/Municipal	Área urbana	125	16
EMEI Santa Isabel	Infantil/Municipal	Área urbana	97	0
EEEM João Simões Lopes Neto	Estadual	Trapeira – 4º distr.	76	36
EEEM Alberto Wienke	Estadual	Herval – 2º distr.	254	38
EEEM Barão de Santa Tecla	Estadual	Boa Vista – 1º distr.	51	17
EEEM Feliciano Barcellos Nunes	Estadual	Coxilha do Fogo – 3º distr.	89	47

Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida	Particular	Área urbana	-----	23
EEEM Dr. Carlos Mesko	Estadual	Iguatemi – 2º distr.	165	33
EEEM Prof. José Veridiano Ferreira	Estadual	Colônia Palma – 5º distr.	107	42
EEEF Orestes Paiva Coutinho	Estadual	Armada – 5º distr.	20	13
EEEM Senador Alberto Pasqualini	Estadual	Boa Vista do Faxinal – 3º distr.	186	108
EEEF Zotico Soares da Silva	Estadual	Iguatemi – 2º distr.	77	28
Escola Técnica Estadual Canguçu	Estadual	Área urbana	694	149
EEEF Irmãos Andradas	Estadual	Área urbana	445	97
EEEF Prof. Maria Moraes Medeiros	Estadual	Coxilha dos Campos – 1º distr.	123	49
EEEM João de Deus Nunes	Estadual	Área urbana	853	149
EEEF Neusa Paes do Amaral	Estadual	Área urbana	93	22
APAE – Escola Especial Saber Viver	Estadual	Área urbana	160	19
EMEI Branca de Neve	Estadual	Área urbana	57	0
EMEI Madre Madalena	Municipal	Área urbana	80	0
EMEI Santa Isabel	Municipal	Área urbana	96	0
EMEI Santa Clara de Assis	Municipal	Área urbana	124	16
EEEF Oziel Alves Pereira	Estadual	Área urbana	63	51

Fonte: construída pela mestranda.

Observação: Esses dados foram extraídos do Sistema Presença do município, atualizado em 2020, o que exclui alunos, cujas famílias tenham acessado o Programa Auxílio Brasil, no ano de 2021 ou 2022).

4.3 Respostas das entrevistas

O entendimento que condiciona a transferência de renda à exigência de frequência escolar como forma de enfrentar a pobreza, presente no desenho dos PTR, tem sido objeto de várias discussões, são vários os autores brasileiros com as mais diversas opiniões sobre as condicionalidades, com opiniões a favor ou contrárias, sendo assim, a seguir são repassadas as questões respondidas pelos profissionais das escolas de Canguçu/RS do interior e da cidade, além dos operadores do sistema presença.

Para o início da pesquisa foi questionado aos profissionais considerando que tanto o Programa Bolsa Família (PBF) quanto o programa Auxílio Brasil (PAB) impõem condicionalidades aos beneficiários, se estes profissionais saberiam destacar uma condicionalidade na área da educação, ou em outra área (saúde, assistência)? Caso sim, qual você destaca?

Todos os profissionais entrevistados relataram ter conhecimento principalmente sobre as condicionalidades de frequência na área da educação e vacinação de crianças e adolescentes na área da saúde. Cabe destacar que desde a pandemia, a frequência escolar começou a ser realizada bimestralmente com um coordenador responsável por escola para registrar o sistema presença.

Em seguida foi perguntado qual a opinião desses profissionais acerca das condicionalidades existentes nesses Programas de Transferência de Renda.

As opiniões sobre as condicionalidades, assim como dos autores citados nesta pesquisa, são as mais diversas, onde alguns profissionais alegam que muitas crianças e jovens vão à aula apenas pela frequência, segundo a fala de uma profissional da escola B do interior: "se deixar a família sem cobrança, as crianças acabam não indo pra aula, acabam ficando 'desleixados'", segundo os entrevistados o medo de perder o benefício faz com que os alunos frequentem a escola, onde segundo um profissional da escola B da cidade "um programa sem condicionalidades não teria sentido", e também consideram a frequência importante, por que sem ela diminuiria a presença dos alunos na escola. Ao mesmo tempo os profissionais relatam que cobrar a frequência faz com que muitos alunos frequentem a escola sem muito comprometimento, além de que algumas famílias tem mais de um filho na escola, e quando um fica infrequente, os demais acabam ficando sem o

benefício, o que segundo os profissionais da escola A do interior "é injusto, por que a família não pode ficar sem o benefício, por causa de um filho". Já uma das profissionais da escola B do interior diz que "são muitos direitos e poucos deveres", mas que seria com essas condicionalidades que a escola consegue cobrar e conversar com as famílias para que estas não percam o benefício.

Em seguida foi perguntado se havia conhecimento por parte desses profissionais sobre as maiores dificuldades que os estudantes pobres das respectivas escolas enfrentavam no dia a dia, e foi solicitado que os profissionais comentassem tais situações.

Nas escolas do interior a maior parte dos relatos são da dificuldade de ir à escola devido à distância, mesmo com ônibus escolar muitas crianças ainda moram longe da linha de ônibus, onde o ônibus acaba passando apenas nas estradas principais, onde muitas crianças tem que caminhar para chegar até a parada do ônibus, com sol quente do verão ou dias frios e chuvosos do inverno. Também é relatado o fato de morarem muitas pessoas na mesma casa, onde geralmente essa residência é muito pequena, onde ficaria difícil se concentrar, estudar e dormir, devido à grande quantidade de pessoas para uma casa tão pequena. Onde as aulas remotas durante a pandemia teriam se tornado um problema, sendo vários irmãos com aulas ao mesmo tempo e geralmente um celular para atender a demanda de todos, a internet do interior com mal funcionamento, além de falta de concentração dos alunos devido ao barulho de mais pessoas em um mesmo ambiente, fato que pode comprometer os anos posteriores de ensino, devido à falta de conteúdo assimilada pelo aluno. Na escola do interior B, uma das profissionais relata: "na volta as aulas após a pandemia, tivemos o caso de um aluno que não teria calçado para vir pra escola, então a mãe nos avisou, e avisou que compraria o calçado assim que recebesse o benefício", com o caso deste aluno as profissionais da escola se mobilizaram e adquiriram roupas e alimentos para essa família, como uma forma de amenizar as necessidades, mesmo que por um momento. Casos como este podem ser frequentes, visto que muitas famílias dependem exclusivamente do benefício e precisam do valor para adquirir roupas, calçados e materiais escolares para que as crianças possam frequentar as aulas.

Em seguida foi perguntado se na opinião destes profissionais, os Programas de Transferência de Renda (PBF, PAB) trazem algum impacto na

vida dos estudantes e sua família? Em caso afirmativo, poderia dar um exemplo?

Em todas as escolas é citado que os programas chegam a ser a única fonte de renda de muitas famílias, que chegam a depender 100% do valor do benefício. Os profissionais ressaltam ainda que o valor auxilia na compra de materiais escolares, roupas, itens de higiene, e segundo um profissional da escola da cidade A: "se não fosse pelo benefício, adquirir tais produtos seriam ainda mais inviável". Os profissionais ainda relatam que as famílias deveriam ser ainda mais orientadas sobre o destino do benefício, que esse valor deveria ser empregado principalmente no aluno e em sua educação, pois é com a educação que se romperia com o ciclo da pobreza, e informações sobre a capacidade de mudança através da educação e o poder transformador que pode ocorrer em suas vidas, com emprego, bons salário e boas condições de acesso a saúde, e que esses são pontos importantes que devem ser reconhecidos pelas famílias beneficiárias, e segundo os profissionais entrevistados, muitas famílias acabariam usando o valor em outras coisas. Tais afirmações demonstram opiniões com um caráter punitivo e controlador sobre as famílias beneficiárias, que não podem ter o direito de decidir sobre as suas necessidades e em como será empregado o valor do benefício. Em uma das escolas, a escola do interior B, a coordenação relata: "o valor do benefício seria para o aluno e para sua educação, mas quando a escola pede algum material para uma aula artística por exemplo, a família não manda o material e quando é questionada alegam que esse seria o papel da escola, onde a profissional ressalta que a escola sozinha não é nada, e que a participação e o auxílio da família é de extrema importância". Confirmam a afirmação uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, realizada em 2009, onde os organizadores relatam que:

É preciso que se informe a população sobre a importância da educação. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com apoio e ação dos estudantes e seus pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, vão assegurar o sucesso da política pública.

Em seguida foi perguntado sobre a evasão dos alunos e dentre os diferentes motivos que levam os estudantes a se evadirem da escola, de acordo com o Guia de Acompanhamento das Condições (MDS, 2019) quais os que você acredita serem mais frequentes nesta escola? Aponte três, por ordem de importância:

A) Doença/problemas físicos

B) Aspectos relacionados à infraestrutura (Falta de transporte, Estradas intransitáveis, Inexistência de pessoa para acompanhar até a escola, grande distância entre a residência e a escola)

C) Suspensão escolar

D) Gravidez

E) Mendicância/trajetória de rua

F) Negligência de pais ou responsáveis

G) Trabalho Infantil

H) Discriminação/bullying/agressividade na escola

I) Trabalho do Jovem

J) Abandono escolar/desistência

L) Violência doméstica/abuso sexual

M) Necessidade de cuidar de familiares

De acordo com uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, de 2009, a evasão por restrições de renda é 446% maior. No caso de descumprimento da condicionalidade (não frequência ou baixa frequência), é necessário registrar o motivo indicado, para que ações complementares sejam planejadas com a finalidade de enfrentamento e superação destes motivos, e visando uma melhoria da qualidade da educação.

Nas duas escolas da cidade, ocorreu a infrequência de um aluno na escola B, e dois alunos na escola A, o aluno da escola B relatou não frequentar mais a aula devido ao trabalho, já os dois alunos da escola A não seriam beneficiários. Na escola A do interior, uma jovem não frequentava mais a escola por estar gestante, e um outro aluno não frequentaria devido ao trabalho, na escola B do interior, não havia casos de evasão. Pode-se dizer que os Programas impedem que o trabalho tome o espaço da escola. Assim o Programa reforça a frequência escolar dos jovens de 15 a 17 anos, período da

vida no qual se amplia consideravelmente a entrada deles no mercado de trabalho, momento em que a evasão escolar é pior quando se junta a oportunidade de trabalho com a carência de renda, por meio da combinação escola-trabalho, conforme afirmam Campolina, Van Horn e Silveira (2013) que é o direcionamento precoce para o mercado de trabalho que acelera o abandono da escola. Onde frequência dos alunos às aulas acaba trazendo resultados positivos principalmente para o próprio desempenho escolar.

Trazendo o fato de que são poucas ou nenhuma criança ou adolescente evadida das escolas entrevistadas, podemos concordar com AIBF (2005), “as crianças beneficiadas pelo programa mostraram uma menor evasão no sistema de ensino em comparação a crianças elegíveis não beneficiadas.” Complementando tal afirmação a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2009, “a redução dos motivos de frequência escolar por insuficiência de renda é consistente com a ideia que o Bolsa Família traz, de diminuir a restrição de liquidez que empurraria as crianças e jovens adolescentes ao mercado de trabalho”.

Sobre o acompanhamento aos alunos beneficiários os profissionais foram questionados se a escola desenvolve alguma atividade extracurricular para os alunos, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Brasil? Ou alguma atividade com a família? E se a resposta fosse afirmativa, quais seriam elas?

Juntamente com essa questão apresentada aos profissionais, elucidamos a resposta do segundo objetivo deste trabalho, que procura dar visibilidade as ações escolares de acompanhamento das condicionalidades na área educacional.

Todas as escolas oferecem atividades extracurriculares, tanto com os alunos, quanto com a família. Na escola A da cidade, ocorrem a participação em eventos municipais como o FESTCAP, CIENA, jogos entre escolas, festivais culturais, além de festas nas escolas, como festa junina, dia do estudante, dia da criança, e também a festa quilombola. Na escola B da cidade, é desenvolvido as atividades das demais escolas, e também a festa da primavera, que celebra com cores e música a chegada da estação. Na escola A do interior, além de festivais municipais, também conta com banda marcial que desde o início da pandemia conta com menos participantes e com menos

dias de ensaio. Na escola B do interior também são desenvolvidas as atividades de cunho municipal, assim como as demais. E em todas as escolas, principalmente as da cidade, a participação da família nesses eventos é frequente, principalmente em festas, eventos e confraternizações, e apenas na escola B do interior, uma das coordenadoras diz que: "quando é disponibilizado ônibus para buscar as famílias, à participação é ainda maior". Cabe ressaltar que a vestimenta utilizada pelos estudantes, além de transporte e alimentação nos dias de eventos ou festividades é custeada pelas escolas. E também não há distinção de beneficiários ou não na escolha se alunos ou turmas participantes.

Após foi perguntado se eles saberiam informar a existência de algum acompanhamento das famílias e dos alunos beneficiários do Programa pela Secretaria de Educação, como este é realizado, e em seguida foi perguntado se exista alguma articulação entre as pessoas que atuam com o PBF e o PAB (ou articulação entre as secretarias)? Se a resposta fosse positiva, saberiam dizer como se dá essa articulação (grupo de whats, reuniões periódicas, etc)?

Segundo os entrevistados em nenhuma das escolas visitadas, não há articulação com a secretaria de educação, quando as famílias precisam de algo, auxílio ou informações, os alunos ou os pais procuram a escola e estes encaminham as demandas para as demais secretarias, caso necessário. Os alunos das escolas da cidade contam com a articulação com a secretaria de assistência social através dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, onde praticam diversas atividades, como rodas de conversas, oficinas, atendimentos individuais e coletivos. Já os alunos do interior não contam com articulação com a secretaria de assistência social, procuram auxílio apenas nas escolas. Os profissionais da escola do interior B relatam: "a família sente confiança e tem abertura para falar na escola diversos assuntos, seja dificuldades financeiras, atritos familiares, dificuldades na escolarização dos filhos, onde as famílias enxergam a escola como deles". A secretaria de educação geralmente não tem ligação com a família, o vínculo é criado apenas com a escola e quando necessário ou há possibilidade ocorre a articulação com os CRAS.

Após foi perguntado sobre o que poderia ser aperfeiçoado cerca do acompanhamento das condicionalidades desses Programas de Transferência de Renda, na opinião desses profissionais?

Juntamente com as respostas dos entrevistados, já conseguimos trazer respostas à um dos objetivos desta pesquisa: compreender como os profissionais da educação entendem a presença das condicionalidades na área educacional. Segundo os profissionais entrevistados, deveria ocorrer uma melhor distribuição dos benefícios, mais critérios na hora da concessão, e segundos um dos entrevistados: "algumas famílias recebem sem necessidade, outras vivem em extrema pobreza e acabam não recebendo". Alguns profissionais também consideram importante estabelecer notas como média para o recebimento do benefício, assim: "o aluno não iria apenas pela frequência para a escola, conseguiria um estudo bom, o ensino médio ou graduação no futuro", além de, segundo uma das entrevistadas da escola B da cidade: "melhoraria o desempenho da escola pública no Brasil". Mas, vale considerar que não é o bastante notar as características como equidade e eficiência da política educacional. Precisamos entender como se dá a qualidade de vida dessas pessoas, como as informações de condicionalidade, educação e superação das condições de pobreza, chegam às pessoas e como definem suas principais e prioritárias necessidades.

Por fim foi questionado se haveria algo que considerassem importante e que gostariam de acrescentar?

Todos os entrevistados alegam esperar que os programas continuem, por que estes mudam realmente a vida de muitos alunos, mas também destacam a importância da Lei que prevê assistente social e psicólogos nas escolas, a Lei no 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que prevê que as redes públicas de Educação Básica contarão com serviços da Psicologia e do Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, e tem como objetivo alinhar e harmonizar políticas, programas e ações da União, dos estados e dos municípios na área, em articulação colaborativa, e que esta lei seja colocada em prática, com isso seriam tiradas várias demandas que acabam recaindo sobre a coordenação e professores, principalmente após a pandemia, devido ao grande aumento de crises de ansiedade, carência e tristeza das crianças.

Além de considerarem o processo de concessão de benefícios demorado, por que algumas demandas chegam até eles, eles encaminham para a secretaria responsável, está visualiza critérios e só posteriormente faz a concessão do benefício, o que pode levar alguns dias ou até meses, onde um dos entrevistados da escola B da cidade: "considerando que o serviço público é considerado lento, prejudicando a família que muitas vezes precisa de um auxílio imediato". Uma das entrevistadas da escola B do interior relatou que: "alguns moradores do interior não tem condições de ir várias vezes à cidade para preencher/encaminhar papéis, e com isso o benefício acaba sendo retirado". Alguns dos entrevistados também citaram que na opinião deles, deveriam haver campanhas ou rodas de conversas sobre o destino do valor do benefício, segundo eles em algumas famílias esse valor não é bem empregado e segundo uma das entrevistadas da escola A da cidade, esse valor: "acaba sendo gasto em coisas desnecessárias". Cabe ressaltar que uma das escolas da cidade que foram visitadas, a escola B da cidade conta com o maior número de alunos deficientes do município. Para isso são destinados professores capacitados, mas ainda seria de suma importância o auxílio de um profissional da psicologia e de serviço social, para diversas questões como BPC, auxílios psicológicos, conversas e auxílios, tanto com os alunos quanto com as famílias.

Segundo a profissional entrevistada na escola A da cidade: "as famílias beneficiárias não sabem sobre a mudança de algumas condicionalidades, quando ocorreu a troca do PBF para o PAB, sabem apenas que o valor mudou".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudar acerca do surgimento dos Programas de Transferência de Renda, os quais se destinam para famílias que não tem renda suficiente para se manter e que necessitam acessar os serviços da política de assistência social para ter, minimamente como sobreviver, destacamos que apesar das críticas, as quais de forma geral se concentram no caráter seletivo ou focalizado dos PTRs, além do caráter punitivo e controlador de querer definir como o valor do benefício será destinado e a imposição de condições para o recebimento das dessas transferências monetárias, consideramos que eles são fundamentais enquanto não tivermos políticas sociais emancipatórias, o que num contexto neoliberal e de crise agravada pela pandemia, tende a demorar, haja vista o desmonte da área social, realizado no governo Bolsonaro.

Como resposta ao problema estabelecido nesta pesquisa, que seria definir como são percebidas as condicionalidades do PBF e do PAB, pelos profissionais da educação, na efetivação deste direito, no município de Canguçu/RS? Muitos autores brasileiros questionam a legitimidade dos PTCR, já que este benefício é um direito social e deve ter caráter incondicional. Os profissionais entrevistados mesmo alegando a grande importância dos PTCR, ainda citam uma certa ideia conservadora e controladora sobre essas famílias beneficiárias, alegando que deveriam ocorrer uma melhor distribuição dos benefícios, mais critérios na hora da concessão, ponderando que algumas famílias recebem sem necessidade, outras vivem em extrema pobreza e acabam não recebendo. Alguns profissionais também consideram estabelecer notas como média para o recebimento do benefício, assim: "o aluno não iria apenas pela frequência para a escola, conseguiria um estudo bom, o ensino médio ou graduação no futuro", sem contar o fato de que os profissionais salientam diálogos com as famílias para um 'melhor' destino do valor do benefício, por que segundo eles algumas famílias acabam gastando em outras coisas e deixam a escola de lado por exemplo, o que deixa ainda mais nítido que as famílias devem ser controladas, e não podem definir suas próprias prioridades e necessidades.

Salienta-se ainda a necessidade de ampliar a oferta de programas complementares ao PBF e PAB, principalmente programas e políticas

estruturantes, voltados para a agrária e geração de emprego e renda, a fim de contribuir mais efetivamente no enfrentamento das diversas situações de vulnerabilidade existentes, devido ao crescimento da pobreza em nosso país.

Diante desse quadro recessivo, crianças e adolescentes trabalham para complementar a renda familiar e, por isso, deixam de frequentar a escola, assim os PTR trazem a possibilidade de ser um estímulo de permanência na escola, com uma transferência monetária que auxilia no complemento da renda familiar, reforçando a ideia da importância da educação de crianças e jovens para a superação da pobreza. Para que de fato, o repasse financeiro possa romper com o ciclo de transmissão inter geracional da pobreza, o Estado deve garantir uma renda familiar compatível com as necessidades do núcleo familiar, buscando possibilitar o incremento da escolaridade das crianças e aumentar suas chances de saírem da pobreza quando adultas.

Um dos objetivos dos PTR, materializado através das condicionalidades é o acesso as demais políticas sociais que passam a ser acessadas, para fins de cumprimento das contrapartidas, mas que pode levar a efetivação do acesso aos direitos sociais vinculados à saúde, à assistência social e com isso criando demandas que devem ser disponibilizadas pelo poder público. Essas demandas podem oportunizar a ampliação de serviços e ações que venham favorecer o rompimento das condições de pobreza, historicamente favorecidas pelo sistema capitalista. De acordo com Aldaiza Sposati (2011)

Combater a miséria e a pobreza implica em política econômica e não só social. Supõe o enfrentamento de desigualdades sociais que se expressam, inclusive, nos acessos das políticas sociais tradicionais. A alarmante precarização, ou desapropriação das condições de vida e de viver, passa a exigir novas respostas das políticas sociais consideradas fundamentais, como educação e saúde. Não basta a educação propor a escola, a condição do docente ou a disponibilidade de vagas em salas de aulas. É preciso construir o acesso a transporte escolar, alimentação, material escolar, uniforme, pois o baixo poder aquisitivo das famílias não possibilita essas condições. O mesmo ocorre na saúde. Não basta ter a Unidade Básica de Saúde ou ter a presença do médico. É preciso ter o acesso a medicamentos, a nutrição e a próteses.

Mais grave do que a exigência de contrapartidas é a punição de um portador de direito, especialmente a exclusão de um beneficiário do Programa

pelo não cumprimento das condicionalidades, como no caso que foi relatado pelos profissionais da educação, durante as entrevistas, onde famílias com mais de um filho acabam perdendo seu benefício, caso uma das crianças ou adolescentes tenha faltas acima do permitido. O Estado não deve punir e excluir os beneficiários dos Programas, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas, mas o bloqueio e a possível exclusão da família do benefício ainda ocorrem, prejudicando a família que geralmente depende do valor transferido para se manter.

Os PTRs tem possibilitado uma melhoria na alimentação, nas condições de vida e de moradia de muitas famílias pobres. Todavia, estes Programas ainda apresentam problemas, seja no valor ainda muito baixo, seja na obrigação de atualização anual do CADÚNICO, seja pelos próprios limites institucionais, no âmbito das secretarias de assistência social, as quais obrigam os beneficiários a ficarem em filas enormes, para atualização do cadastro, como vimos nos jornais e na TV, recentemente.

Os PTRs e dentre estes, o PBF que deve retornar, tendo em vista a eleição do presidente Lula, para o período 2023-2026, necessita ser mais ágil tanto no acesso, quanto na liberação do recurso monetário, haja vista o aumento considerável da pobreza e, também estar atento para questões que são postas e que Elisete Orozimbo (2020) retrata de forma brilhante ao destacar por exemplo:

Na educação, quando a família é responsabilizada por levar crianças e adolescentes para a escola para garantia do acesso, com ou sem retaguarda de transporte público escolar. Na assistência social, por exemplo, quando o PBF condiciona a segurança de renda à matrícula e a frequência escolar dos filhos, tornando a família um instrumento para acesso à educação, independentemente do apoio para viabilizar esse acesso (OROZIMBO; AFONSO, 2020, p.98)

Considerando a realidade já apontada ao longo deste trabalho, marcada pelo crescimento do desemprego, pelo corte de recursos para as políticas sociais, para a aceitação da pobreza como algo natural, sem considerar a alta concentração de renda brasileira, apontada pela OXFAM, como uma das maiores do mundo, é possível afirmar a necessidade de se avançar para políticas sociais não seletivas ou compensatórias. Entretanto, enquanto esse processo não se efetiva, temos que defender a manutenção de

programas que garantam o repasse de um recurso monetário que se direcione para a construção de possibilidades de superação dessas situações vivenciadas, com o rompimento de ciclos inter geracionais de pobreza e ampliação de acessos, de protagonismo, de oportunidades e de inclusão social, numa outra direção, que sinalize para outro projeto societário, democrático, baseado na justiça e na distribuição das riquezas socialmente produzidas pela classe trabalhadora.

Uma linha de investigação como essa ainda não havia sido explorada na cidade de Canguçu/RS, dados como esse se tornam importantes a fim de definir fatos, pontos e condições para melhorias, além de entender os dilemas enfrentados pelos indivíduos acerca da sua educação, as crianças acabam ficando mais sensíveis as perdas de emprego e aos choques econômicos em períodos de crise econômica e sanitária, como ocorridos nos anos de pandemia. Infelizmente, os ganhos resultantes da educação ocorrem no longo-prazo, e nem todas as pessoas podem esperar para utiliza-las.

7 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. V. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente, fundo público e política social no Brasil: In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social.** São Paulo, Cortez, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; Assistência social na pandemia da covid-19. Proteção para quem? In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: 2021; In: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/>

BRASIL. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.

BRASIL, **Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS 2004.** Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Acompanhamento da condicionalidade da educação do PBF: gestão 2011 a 2014.** Brasília: Ministério da Educação, 2014^a

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família. Brasília,** 2015.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Guia de acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família. Ministério da Cidadania, 2020.

BURLANDY, M. C. M. S. L. et al. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007

CASTRO, J. A. de. **Política social e desenvolvimento no Brasil.** In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

COBO, B. (2012). **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios.** São Paulo, Brasil: Cortez.

COHN, A. **Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF.** In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.494 p.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; Estado, políticas sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social e Sociedade**, 135, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n135/0101-6628-sssoc-135-0290.pdf>

CÓRDOVA, I. de. ALVES, I. G. **Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras**. Polis, 53 | 2019.

DANTAS, R. F. **Guia do pesquisador iniciante: prepare-se para ser um bom pesquisador conhecendo o mundo científico**. Limeira, São Paulo. Ed. do autor, 2020.

D' ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D. **21 anos de Regime Militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

EUZÉBIOS Filho, A. (2016). **Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil**. Psicologia & Sociedade, 28(2), 257-266.

FRAGA, L. S., Pauli, R. I. e Vieira, K. M. (2015). **Programa bolsa família: o acompanhamento das condicionalidades**. *Revista do CEPE*, (42) 151-166.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, V. R. B. P. et al. **Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 990-1009, 2013.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 17 ed – Petropolis. RJ. Vozes, 2010, p. 20-98.

HOBBSAWAN, (1992) e Oliveira (1988). **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. 2010.

OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 137, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n137/0101-6628-sssoc-137-0095.pdf>

JESUS, A. C. S. **A pobreza e sua inserção na agenda pública brasileira**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. São Luís, Brasil. 2007.

KERSTENETZKY, C. L. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família**. Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009

LAVINAS, I. **Combinando Compensatório e Redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. in: Henriques, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

MARTINS, J. de S. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARSIGLIA, R. M. G. **O projeto de Pesquisa em Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, UnB, 2001.

MARTINELLI, Tiago; COUTO, Berenice Rojas. DESMONTE DO SISTEMA PROTETIVO BRASILEIRO: a assistência social em xeque. In: **Serviço Social, Economia Política e Marxismo**. Organizado por Jane Cruz Prates, Carlos Nelson dos Reis e Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021.

MARQUES, Rosa Maria; Berwig, Solange Emilene; As políticas sociais no pós pandemia: há algo novo no front? In: **Argumentum**, Vitória (ES), 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/35362/23378>>

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Brasília, DF: IPEA, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). (2015). **Cadastro Único: o que é e para que serve**. Publicado em 02/07/2015

MONTEIRO, W. B. & Silva, R. B. T. (2009). **Curso de Direito Civil**. São Paulo, Brasil: Saraiva.

O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola - Coordenação Marcelo Côrtes Neri. - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

OXFAM BRASIL. **A desigualdade mata**. Relatório. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/#:~:text=Um%20novo%20bilion%C3%A1rio%20surge%20a,de%20Covid%2D19%20no%20mundo>. Acesso em out.22

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. P (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos**. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 214 p.

PETRINI, G., Dias, M. C. (2013). **Família no debate cultural e político contemporâneo**. São Paulo, Brasil: Edições Loyola

PIRES, A. **Afinal para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família.** *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, v. 1, n. 80, p. 513-531, set./dez. 2013.

REDON, Silvio Aparecido; CAMPOS, Eliane Christine Santos de: Tendências atuais da proteção social: considerações sobre o workfare e as políticas de ativação. In: **Ser Social**, v. 23, n.48. Brasília (DF), 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/29377/28790

REIS, Carlos Nelson. Capitalismo, direitos sociais e políticas sociais no Brasil: algumas notas exploratórias. In: FLICKINGER, Hans Georg. Entre caridade, solidariedade e cidadania: história do Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000

RISSATO, D., Martins, F. J. & Almeida, J. A. M. (2011). **Políticas públicas compensatórias: uma discussão preliminar.** In: *Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais*. Cascavel (PR), Brasil, p. 1-16).

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patricia Pires. Pandemia da covid-19: agravamento das condições de trabalho e renda. In: **Sociedade em debate**, n.27, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3055/1822>

ROCHA, S. **Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade.** *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.

SCHAPPO, Sirlândia. Política Social no Brasil: entre a lógica do direito e do personalismo. In: **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 17 n.1. jul./dez. 2018. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/ojs/index.php/fass/articloe/viewFile/26731/17163>>

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; . RENAUT, Michel (org.) (2005), **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; Características e Tendências da Experiência Brasileira. in: colóquio internacional Brasil/França/Portugal. **Renda Mínima no Debate Internacional.** PUC/São Paulo, São Paulo, 2001.

SOUZA, C. **Dossiê Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno Crh, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SILVA, Ademir Alves da. Políticas sociais: arenas de lutas por acesso à riqueza social. São Paulo: Veras Editora, 2016a

SILVA, Mossicléia Mendes. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. **Vértices**, Campo de Goytacazes/RJ, 2020. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15827>

SILVA, Maria Ozanira Silva da. As condicionalidades no Bolsa Família: sua face conservadora e limites para Implementação da Renda Básica de Cidadania no Brasil. In: TEIXEIRA, Solange Maria. Política de Assistência Social e temas correlatos. Papel Social, Campinas, 2016.

SPOSATI, A. **Tendências latino-americanas da política social no século 21**. Florianópolis. Pág. 104-115. Jan/jun 2011

SUDBRACK, M. **Problematizando a Vulnerabilidade Social**. Porto Alegre, 2005.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Prefácio**. In: PARIJS Philippe Van; VANDERBORGHT, Yannick. Renda básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã. Cortez Editora, São Paulo, 2018.

SZYMANSKI, H. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. In: ____ (Org.). Brasília: Liber, 2010

TESTA, M. FRONZA, P. PETRINI, M. PRATES, J. **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários**. Rev. Adm. Pública, nov/dez. 2013.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2001

UGÁ, M. A. D. (1989). **Crise Econômica e Políticas Sociais: Elementos para Discussão**. *Cadernos de Saúde Pública*, RJ, 5(3), 305-335, jul/set.

UOL. **Governo Bolsonaro não prevê novos atendidos pelo Bolsa Família em 2020**. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/governo-bolsonaro-nao-preve-novos-atendidos-pelo-bolsa-familia-em-2020.shtml>. Acesso em: 04/mar/2021

UOL. **Educação no Brasil**. In: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm> Acesso em: 06/dez/2022

VIANA, A. L. ELIAS, P. E., IBANEZ, N. **Organizadores Proteção Social: dilemas e desafios**, São Paulo: Hucitec, 2005.

YAZBECK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

_____. **Pobreza e Exclusão: expressões da questão social no Brasil.** Temporalis, 3. Brasília: AABEPSS, 2001.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2007.

ZIMMERMANN, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil.** *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 144-159, 2006

_____. **Política de renda mínima no Brasil: o Bolsa Família na ótica dos direitos humanos.** In: 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA. Anais. São Paulo: Síntese Eventos, 2010.

APÊNDICE 1 – QUESTÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
PARA PROFESSORES E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA
TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA PRESENÇA

Pesquisadora: CAROLINE BOHM GEHRMANN

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Respondente:

Função:

Localização da Escola: () área urbana () rural

1. Considerando que tanto o Programa Bolsa Família (PBF) quanto o programa Auxílio Brasil (PAB) impõem condicionalidades aos beneficiários, você saberia destacar uma condicionalidade na área da educação, ou em outra área (saúde, assistência)? Caso sim, qual você destaca?

2. Qual a sua opinião acerca das condicionalidades existentes nesses Programas de Transferência de Renda?

3. Você saberia apontar quais as maiores dificuldades que os estudantes pobres da sua escola, enfrentam no dia a dia? Comente

4. Os Programas de Transferência de Renda (PBF, PAB) trazem algum impacto na vida dos estudantes e sua família? Em caso afirmativo, poderia dar um exemplo?

5. Dentre os diferentes motivos que levam os estudantes a se evadirem da escola, de acordo com o Guia de Acompanhamento das Condicionalidades (MDS, 2019) quais os que você acredita serem mais frequentes neste escola? Aponte três, por ordem de importância: _____; _____; _____.

A) Doença/problemas físicos

B) Aspectos relacionados à infraestrutura (Falta de transporte, Estradas intransitáveis, Inexistência de pessoa para acompanhar até a escola, grande distância entre a residência e a escola)

C) Suspensão escolar

D) Gravidez

E) Mendicância/trajetória de rua

F) Negligência de pais ou responsáveis

G) Trabalho Infantil

H) Discriminação/bullying/agressividade na escola

I) Trabalho do Jovem

J) Abandono escolar/desistência

L) Violência doméstica/abuso sexual

M) Necessidade de cuidar de familiares

6. A escola desenvolve alguma atividade extracurricular para os alunos, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Brasil? Ou alguma atividade com a família? Em caso afirmativo, quais?

7. Você sabe informar se existe algum acompanhamento das famílias e dos alunos beneficiários do Programa pela Secretaria de Educação? Se existe como é realizado?

8. Você sabe dizer se há, aqui no município, alguma articulação entre as pessoas que atuam com o PBF e o PAB (ou articulação entre as secretarias)? Se a resposta foi positiva, sabe dizer como se dá essa articulação (grupo de whats, reuniões periódicas, etc)?

9. Acerca do acompanhamento das condicionalidades desses Programas de Transferência de Renda, na sua opinião, o que pode ser aperfeiçoado?

10. Há algo que consideras importante e gostaria de acrescentar?

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu sou CAROLINE BOHM GEHRMANN, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), e estou realizando a pesquisa intitulada, AS CONDICIONALIDADES DA ÁREA EDUCACIONAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E NO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB): PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CONDICIONALIDADES NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS sob orientação da professora Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros. Você está sendo convidado/a para participar deste estudo, que tem por objetivo geral **identificar as percepções dos profissionais da área educacional, no município de Canguçu, acerca das condicionalidades do PBF e do PAB, na educação, enquanto estratégia de melhor desempenho escolar.**

A sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira, sendo garantida a liberdade de desistir de participar, sem nenhum prejuízo para você, mediante decisão e informação à pesquisadora responsável. Informo que os dados pessoais de cada participante, não serão publicados, garantindo a privacidade e o sigilo dos/as respondentes.

Você receberá uma copia deste Termo, e uma cópia ficará com a mestranda pesquisadora.

Aceite de participação

Eu (nome completo) _____

aceitei participar desta pesquisa, realizada no dia ___/___/___

Assinatura: _____

Dados de identificação da responsável pela pesquisa:

Nome: CAROLINE BOHM GEHRMANN

E-mail: gehrmanncarol@gmail.com>

Celular: (53) 984246285